

**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**



PROPOSTA DE MESA COORDENADA PARA A X JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (XJOINPP) 2021

**Título da Mesa Coordenada: A TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA ENQUANTO
MECANISMO DE PROTEÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE:
atualidade e limites**

Eixo Temático: Desigualdades Sociais, Pobreza e Políticas Públicas

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Ozanira da Silva da Silva, Universidade Federal do Maranhão, maria.ozanira@gmail.com; maria.ozanira@ufma.br

RESUMO EXPANDIDO: A mesa coordenada foca em Programas de Transferência Monetária na América Latina e Caribe na contemporaneidade de avanço do debate e da ampliação de programas dessa natureza. Situa-se no âmbito do projeto: **PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA¹ FOCALIZADOS E DE RENDA BÁSICA UNIVERSAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA E DA PÓS-PANDEMIA DA COVID-19:** acompanhamento e análise da realidade internacional na América Latina e Caribe.

O projeto tem como objetivo identificar, sistematizar, problematizar e divulgar a dinâmica histórica, o debate e a implementação de programas de transferência monetária focalizados e de renda básica universal em países da América Latina e Caribe, no período 2020 a 2023, considerando os programas em implementação anterior ao momento conjuntural da pandemia e os programas criados no contexto da pandemia. Propõe-se a apresentar os programas de transferência monetária no contexto dos Sistemas de Proteção Social dos países da América Latina e Caribe,

¹ Adotamos no presente projeto a denominação de programas de **transferência de renda** por ser esta a designação mais encontrada na literatura, todavia os nossos estudos consideram não se tratar de transferência de renda, mas de **transferência monetária**.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**



destacando resultados de mapeamento desses programas nos países dessas duas regiões onde vem ocorrendo a implementação de programas de transferência monetária focalizados já em andamento e criação de novos programas para enfrentar consequências econômicas e sociais decorrentes da pandemia da Covid-19, não tendo sido, porém, identificada a implementação ou mesmo a formulação de Programas de Renda Básica Universal, caracterizados pelos princípios de universalidade e incondicionalidade.

INDICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA MESA COORDENADA E RESPECTIVOS TEMAS;

- a) Maria Ozanira da Silva e Silva: PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE:** desvelando a dimensão quantitativa e analisando os programas no contexto da proteção social previamente e durante a pandemia da Covide-19
- b) Carola C. Arregui: PONTUAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO MAPEAMENTO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE;**
- c) Sílvia Fernandes Soto: O LUGAR DA TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA NO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE;**
- d) Pablo Bentura: A TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA ENQUANTO POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19;**

]

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-SPC/DI-UFMA



CAPES



Conselho
Nacional de
Desenvolvimento
Científico e
Tecnológico



Fundação de
Amparo à Pesquisa e
ao Desenvolvimento
Científico e
Tecnológico
do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação



GOVERNO DO
MARANHÃO
GILSON DE OLIVEIRA

16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL



TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

PROGRAMAS DE TRANSFEÊNCIA MONETÁRIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: dimensão quantitativa e análise dos programas no contexto da proteção social previamente e durante a pandemia da Covid-19

CASH TRANSFER PROGRAMS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN: quantitative dimension and analysis of the programs in the context of the social protection preexistent and during the Covid-19 pandemic

Maria Ozanira da Silva e Silva

RESUMO

O artigo apresenta resultados de uma investigação em desenvolvimento por pesquisadoras (es) de universidades do Brasil, Argentina e Uruguai, especificamente, resultados de um mapeamento sobre programas de transferência monetária em implementação previamente à pandemia da Covid-19 e novos programas criados para atender consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia sobre a população alvo desses programas na América Latina e Caribe. Para desenvolver o mapeamento os procedimentos de pesquisa utilizados foram pesquisa bibliográfica e documental; acesso a informações disponíveis em sites dos programas e principalmente informações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Os resultados do mapeamento destacaram a ampliação de programas de transferência monetária já em implementação e a criação de novos programas para atender consequências decorrentes da epidemia da Covid-19 na população alvo dos programas. Todavia, não foram identificados programas, mesmo propostas, de Renda Básica Universal, caracterizados pelos princípios de universalidade e incondicionabilidade.

Palavras-chave: Programas de Transferência Monetária. Pandemia. América Latina. Caribe.

ABSTRACT

The paper presents the result of an investigation in development by some researchers of Brazilian, Argentine and Uruguayans Universities. It presents the results of a survey about preexistent cash transfer programs and new programs created to meet the social and economic consequences originated by the Covid-19 pandemic on target population of those programs in Latin America and the Caribbean. To develop the survey, it was applied bibliographic and documental studies; access to information at websites of the programs and mainly data from the Economic Commission for Latin America and the Caribbean. The outcomes of the developed survey pointed out the enlargement of the preexistent focalized cash transfer programs and the creation of new programs to meet the consequences generated by the Covid-19 pandemic on the target population of the programs.

PROMOTORES



APOIO





However, it was not identified programs, even proposals, of Universal Basic Income, characterized by the principles of universality and unconditionality.

Key words: Cash Transfer Programs. Pandemic. Latin America. Caribbean.

1 INTRODUÇÃO

O artigo apresenta, analisa e problematiza resultados de um mapeamento de programas de transferência monetária em implementação previamente e durante a pandemia da Covid-19 em 21 países da América Latina e 20 países do Caribe. Portanto, focaliza produto parcial de uma pesquisa em desenvolvimento com participação de pesquisadoras (es) do Brasil¹, Argentina² e Uruguai³. Trata-se do projeto de pesquisa denominado: *Programas de Transferência de Renda Focalizados e de Renda Básica Universal no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19: acompanhamento e análise da realidade na América Latina e Caribe*. O objetivo central proposto é desenvolver uma investigação voltada para identificar, sistematizar, problematizar e divulgar a dinâmica histórica, o debate, a formulação de propostas e a implementação de programas de transferência monetária focalizados e de renda básica universal, buscando compreender esse processo no período 2020 a 2023.

Na perspectiva da investigação, os Programas de Transferência Monetária são considerados medidas de política social voltadas para minimizar à ampliação das desigualdades, da pobreza, o incremento do desemprego, do trabalho informal precarizado e da perda de renda. Apresentam-se em duas modalidades: Programas de Transferência Monetária Focalizados, com ou sem condicionalidades, e Renda Básica Universal.

Esses programas situados na contemporaneidade da pandemia da Covid-19, embora guardem especificidades em cada país, encontram-se num contexto socioeconômico e político-institucional de avanço do conservadorismo, de desconstrução dos direitos sociais e de desmonte da Seguridade Social, que institui um novo grupo de vulneráveis. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020). São mulheres e homens brancos, muitas vezes com curso superior completo e vínculos de trabalho mais estáveis em serviços *não essenciais* ou em setores *essenciais* mais

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade

EX-ÓSPICE DO SEMINÁRIO DO CRISTO



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação



economicamente afetados. Somam-se a grupos, formados por mulheres e homens negros, que mantêm vínculos instáveis com o mercado de trabalho, desprovidos de contrato formal e de proteção social.

É nessa realidade que vem ocorrendo o avanço do debate, a elaboração de propostas e a implementação de Programas de Transferência Monetária focalizados, acrescido da ampliação do debate sobre a Renda Básica Universal.

Procurando construir um quadro de referência para orientar a compreensão desses programas, torna-se necessário aclarar o entendimento conceitual, procurando, assim, superar, no debate e na prática, confusões que são verificadas, com certa frequência, na explicitação das especificidades conceituais de programas de transferência de renda focalizados e de renda básica, acrescido de desconhecimento ou omissão de diferentes perspectivas ideológicas que fundamentam tais programas.

Nesse aspecto, os programas focalizados incluem alguns ou variados critérios para acesso, com maior destaque à *renda*, sendo geralmente o público alvo a população pobre, *indivíduo ou família*. Outro critério de acesso pode ser a *idade*. Por vezes são priorizadas determinadas faixas etárias, como crianças, adolescentes, idosos. Tem-se ainda outros critérios, tais como: *tipo de ocupação, localização da moradia*, como meio rural, favelas, assentamentos bem como *determinadas situações de vulnerabilidade*, como deficiências, dentre outros. Por conseguinte, os programas focalizados determinam alguns ou variados critérios para acesso ao benefício disponibilizado, tendo como função mitigar a pobreza ou atender situações emergenciais.

Essa é uma modalidade de programas, cujo foco em grupos populacionais necessitados é destacado como vantagem, contudo na implementação de tais programas, os critérios de focalização, além de elevado custo e de difícil aplicação, favorecem possibilidades de desvios, de corrupção e falta de transparência.

Sobre os programas de *Renda Básica*, estes têm como qualificadores seu caráter *universal*, por destinar-se a todos os residentes de uma comunidade, Estado ou país; ser *incondicional*, sem qualquer tipo de discriminação; disponibilizar valor monetário uniforme para todas as pessoas e não adotar requisição de testes de meios

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EXCEP - EXCENTRO DE ESTUDOS
PROFISSIONAIS



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao
de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





para comprovação de qualquer exigência. Em resumo, independem da renda e do trabalho do beneficiário, por ser uma transferência monetária, periódica, individual, universal e incondicional (REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA, [2019?]), cuja função é distribuir a riqueza socialmente produzida para diminuição da desigualdade e alcance da Justiça Social⁴.

Os idealizadores da Renda Básica Universal destacam como vantagens: a universalidade por simplificar e reduzir os custos da gestão, favorecendo a transparência e reduzindo possibilidades de corrupção, além do seu caráter do incentivo à liberdade, seu caráter redistributivo e atendimento de necessidades dos mais vulneráveis. Uma crítica frequente é a possibilidade de desincentivo ao trabalho. Nesse aspecto, entendo:

Que o valor da transferência monetária de um programa de renda básica seja suficiente para manutenção de condições de vida aceitáveis para todos, pois o primeiro direito que temos é o da sobrevivência. Nesse sentido, a renda básica pode, sim, desincentivar o trabalho, mas o trabalho precário, degradante e escravo. Isso porque o público beneficiário conquista uma margem de possibilidade de negociar seus direitos, o que entendo como mérito desses programas. (SILVA, 2020, p. 7).

Em relação à frequente disseminação de imprecisões conceituais sobre a diversidade de propostas de programas de transferência monetária em circulação no debate contemporâneo das políticas sociais, acrescidas de aparente consenso teórico-ideológico entre os diferentes defensores, meu entendimento é que, longe da neutralidade consensual, toda proposta e todo programa social inspira-se numa concepção de mundo e de pobreza. Por conseguinte, cada proposta, cada programa se fundamenta numa determinada concepção político-ideológica, tendo como direção um projeto societário.

Essa é a referência que orienta os trabalhos em desenvolvimento no âmbito do projeto *Programas de Transferência de Renda Focalizados e de Renda Básica Universal no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19: acompanhamento e análise da realidade na América Latina e Caribe*. Em termos metodológicos, tem como orientação o método crítico dialético, que, desenvolvendo uma aproximação sucessiva da realidade, procura desvendar o movimento de elaboração teórica em busca de sua essência, fonte das suas contradições. Assim, o momento inicial desse percurso foi a realização de um mapeamento sobre propostas

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPUS DO SEMINÁRIO DO CRIM



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão



GOVERNO DO
MARANHÃO
GORDON DE SOUZA NEVES

e programas de transferência monetária pré-existentes à pandemia e programas voltados para atender às consequências sociais e econômicas decorrentes da Covid-19 na população alvo desses programas, constituída, na sua maioria, por desempregados, pessoas que perderam a renda necessária para sua subsistência; trabalhadores informais, vivendo de trabalhos instáveis, de baixa remuneração e sem proteção social.

O artigo segue apresentando e problematizando a realidade dos Programas de Transferência Monetária na América Latina e Caribe, em implementação previamente e durante a pandemia da Covid-19 para, então, apontar aspectos relevantes identificados no Mapeamento, a título de conclusão.

2 A REALIDADE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA EM IMPLEMENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE:

programas com implementação anteriores à pandemia da Covid-19 e programas para atender situações econômicas e sociais em decorrência da pandemia da Covid-19⁵

Na abordagem dos resultados do mapeamento realizado sobre Programas de Transferência Monetária na América Latina e Caribe apresento inicialmente uma dimensão quantitativa dos programas, seguida de um esforço de análise e problematização sobre a realidade dimensionada pelos números.

As tabelas abaixo apresentam a realidade quantitativa dos programas, conforme mapeamento desenvolvido em 21 países da América Latina e em 20 países do Caribe, considerando os programas em implementação previamente à pandemia da Covid-19 e os que foram criados para atender a situações decorrentes da pandemia.

Tabela 1 – Demonstrativo de Programas de Transferência Monetária em países da América Latina

País	Número de programas anteriores à pandemia	Número de programas criados em razão da pandemia	Sem identificação de programas anteriores ou decorrentes da pandemia da Covid-19
1 Argentina	2	8	-

País	Número de programas anteriores à pandemia	Número de programas criados em razão da pandemia	Sem identificação de programas anteriores ou decorrentes da pandemia da Covid-19
2 Estado Plurinacional de Bolívia	2	2	-
3 Brasil	2	2	-
4 Chile	10	7	-
5 Colômbia	3	4	-
6 Costa Rica	9	3	-
7 Cuba	1	2	-
8 Equador	2	4	-
9 El Salvador	1	1	-
10 Guatemala	1	4	-
11 Haiti	1	1	-
12 Honduras	Sem registro	4	-
13 México	2	2	-
14 Nicarágua	2	Sem registro	-
15 Panamá	1	2	-
16 Paraguai	5	4	-
17 Peru	2	10	-
18 Porto Rico	Sem registro	Sem registro	1
19 República Dominicana	1	1	-
20 República Bolivariana de Venezuela	Sem registro	3	-
21 Uruguai	2	2	-
Subtotais	49	65	1

Fonte: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Relatório final do mapeamento de programas de transferência monetária na América Latina e Caribe**, São Luís, 2021. Mimeografado.

Conforme dados expostos na Tabela 1 fica demonstrado que, dos 21 países da América Latina, o Chile é o país com maior número de programas de transferência monetária em implementação no período anterior à pandemia da Covid-19 (10 programas). Segue Costa Rica que implementava 9 (nove) programas, sendo que 03 (três) países latino-americanos (Honduras, Porto Rico e República Bolivariana de Venezuela) não registravam programas de transferência monetária na mesma categoria. Sobre os programas criados para mitigar impactos econômico-sociais em decorrência da pandemia, a Tabela 1 evidencia que foi o Peru que mais implementava programas com esse objetivo (10 programas). Em segundo lugar vem a Argentina



com 08 (oito) programas, seguida do Chile com 07 programas. Somente Nicarágua e Porto Rico não registraram programas nessa categoria, sendo que Porto Rico não registrou a implementação de programas anteriores ou decorrentes da pandemia da Covid-19. Em síntese, a Tabela 1 indica 49 (quarenta e nove) programas em implementação anteriores à pandemia e 65 (sessenta e cinco) programas criados para atender a situações sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19, na América Latina.

Tabela 2 – Demonstrativo de Programas de Transferência Monetária em países do Caribe

País	Número de programas anteriores à pandemia	Número de programas criados em razão da pandemia	Sem identificação de programas/propostas/medidas anterior ou decorrente da pandemia da Covid-19
1 Antigua y Barbuda	Sem registro	Sem registro	Antigua y Barbuda
2 Aruba	Sem registro	Sem registro	Aruba
3 Bahamas	Sem registro	2	Guadalupe
3 Barbados	Sem registro	2	Isla Caimán
4 Dominica	Sem registro	1	Islas Turcas y Caicos
5 Granada	1	Sem registro	Porto Rico San Bartolomé
6 Guadalupe	Sem registro	Sem registro	San Cristóbal y Nieves
7 Islas Caimán	Sem registro	Sem registro	Canta Lucia
8 Islas Turcas y Caicos	Sem registro	Sem registro	
9 Islas Virgenes Britânica	Sem registro	2	
10 Islas Vírgenes dos Estados Unidos	Sem registro	3	
11 Jamaica	1	3	
12 Martinica	1	2	
13 Porto Rico	Sem registro	Sem registro	
14 San Bartolomé	Sem registro	Sem registro	
15 San Cristóbal y Nieves	Sem registro	Sem registro	
16 Santa Lucia	Sem registro	Sem registro	
17 San Vicente y las Granadinas	1	3	
19 Suriname	Sem registro	1	

País	Número de programas anteriores à pandemia	Número de programas criados em razão da pandemia	Sem identificação de programas/propostas/medidas anterior ou decorrente da pandemia da Covid-19
20 Trinidad y Tobago	1	Sem registro	
Subtotais	5	19	8

Fonte: Silva (2021).

Em relação ao Caribe, a Tabela 2, ao considerar a realização do mapeamento em 20 (vinte) países, os dados revelaram que essa Região apresentou um quantitativo bem menor de programas de transferência monetária anteriores à pandemia da Covid-19 (05 programas), em comparação com os países da América Latina que registraram 49 (quarenta e nove) programas nessa categoria. Todavia, em relação aos programas criados para atender a situações de privações econômicas e sociais das populações em decorrência da pandemia, o número se eleva para 19 programas, embora seja também um número bem inferior aos programas dessa categoria identificados na América Latina, com 65 (sessenta e cinco) programas. Esse distanciamento em termos quantitativo do Caribe em relação à América Latina é reafirmado ao se verificar que 8 (oito) países do Caribe não registraram programas de transferência monetária prévios nem criados para atender a situações decorrentes da pandemia da Covid-19, os quais são registrados na terceira coluna da Tabela 2⁶.

O conteúdo quantitativo acima ganha mais consistência mediante reflexões e problematizações sobre a realidade dos programas de transferência monetária em foco. Nesse aspecto, num esforço de concretizar uma aproximação sucessiva ao objeto de estudo, foi possível dimensionar, mesmo preliminarmente, determinantes e contextualização dos Programas de Transferência de Monetária na América Latina e Caribe e conteúdos que desvelam a qualificação e especificidades desses programas focados nesta análise no contexto da pandemia da Covid-19 cujo objetivo é minimizar, mitigar, impactos negativos decorrentes da conjuntura socioeconômica e também política.

Sobre possíveis determinações e contextualização de programas de transferência monetária na atualidade da pandemia da Covid-19, vivencia-se uma conjuntura de profundo agravamento das condições de vida da classe trabalhadora,

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO & DOURADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas



TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

registrando-se elevação do desemprego, instabilidade ainda maior do trabalho informal, elevação da pobreza e da extrema pobreza, com decorrente elevação da fome em segmentos cada vez mais ampliados de trabalhadores e de desempregados. Todavia, há que considerar que essa realidade se situa nas crises estruturais do capital que antecedem à Covid-19, com indicações de aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas. Ademais, esse é um contexto que também amplia e aprofunda o desmonte dos já frágeis Sistemas de Proteção Social da maioria dos países da América Latina e Caribe, com impacto decorrente da inobservância de direitos sociais já conquistados pelos trabalhadores. O mais grave, mesmo países que já contavam com sistemas de proteção social melhor estruturados, como o Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, são fortemente atingidos pela conjuntura decorrente da pandemia, agravada com o avanço do conservadorismo na Região⁷.

De fato, em consonância com as grandes transformações experimentadas pelo sistema capitalista em âmbito mundial, em resposta a mais uma crise estrutural do capital, iniciada no final do anos 1960, a emergência e o desenvolvimento de programas de transferência monetária é uma das manifestações concretas da mudança no padrão de regulação econômica e social, cujo foco passa a se centrar em garantir as condições de flexibilidade impostas pelo atual regime de acumulação flexível e compensar os efeitos perversos da globalização e da busca de competitividade. Observa-se que o novo padrão de acumulação capitalista e a superexploração da força de trabalho, sob a égide do capital financeiro mundializado, levam à perda da capacidade protetiva dos salários, das rendas e direitos oriundos do trabalho, o que pode explicar o fato de que um número crescente de trabalhadores (as), mesmo que inseridos (as) no mercado formal de trabalho, demande proteção social pública na forma de transferências e benefícios socioassistenciais. (SILVA, 2021, p. 75).

Importa ressaltar que é no contexto de crises cíclicas do capitalismo mundializado, sob a hegemonia do capital financeiro e, na contemporaneidade do agravamento econômico, social e político decorrente da pandemia da Covid-19 que as marcas históricas de desigualdade e pobreza e os limites impostos à proteção social alcançada nas diferentes trajetórias históricas dos países da América Latina e Caribe se aprofundam e abrem espaço por demanda de proteção social. Tem-se, então o protagonismo de medidas, ações e programas de transferência monetária, cujo objetivo é mitigar a situação de crescimento da pobreza e da extrema pobreza, com consequente incremento da fome. Assim, novos programas decorrentes da

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EXCEP DO DIRETORIO DO CNPq



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado
do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas

UFMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DORONHO

**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie



pandemia da Covid-19 se articulam ou se somam a número significativo de programas dessa natureza já em implementação antes da pandemia.

São programas que se situam no campo da proteção social não contributiva, marcados por contradições, em relação ao seu alcance. Isso porque esses programas, ao mesmo tempo que atendem, embora de modo limitado, a necessidades imediatas de largos segmentos de trabalhadores e de desempregados, têm ampla aceitação de segmentos de diferentes matizes teóricas e de diferentes posições na política e na economia porque também contribuem para manutenção e expansão da economia em crise e para legitimação de governantes. Todavia, não têm poder de alterar situações estruturais de pobreza e de desigualdade, mas precisam ser considerados como direito fundamental, por responder a necessidades imediatas de sobrevivência de contingentes populacionais cada vez mais ampliados, o que significa proteger o direito à vida.

Sobre os qualificadores dos programas de transferência monetária na América Latina e Caribe, destaco alguns aspectos construídos a partir do mapeamento dos programas, tais como: são programas não contributivos que integram os sistemas de proteção social de cada país na região latino-americana e caribenha, com maior destaque a partir dos anos 1990 (SILVA, 2014); os programas implementados previamente à pandemia, além de focalizados, apresentam condicionalidades, que, no contexto da pandemia, parecem vir sendo relativizadas ou desconsideradas; os programas criados para atender a situações decorrentes da pandemia são altamente focalizados com indicação de inúmeros critérios para acesso e exclusão, mas não indicam condicionalidades; apresentam caráter emergencial e são limitados por determinado período de tempo, com transferências mensais, sendo que alguns limitam a transferência monetária a uma única transferência; são, por vezes, utilizados para ampliar montantes financeiros e coberturas dos programas em implementação previamente à pandemia, reforçando programas de transferência monetária já existentes; são dirigidos principalmente para trabalhadores informais, desempregados e pessoas que vivem na pobreza e na extrema pobreza, ou seja, o público alvo são segmentos largamente atingidos em suas condições de vida pelas consequências econômicas agravadas pela pandemia.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DORONHO

APOIO



**Fundação
Sousândrade**
EX-ÓSPICE DO GOVERNO DO MARANHÃO



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



Conforme dados quantitativos apresentados anteriormente, o mapeamento dos programas revelou que os países da América Latina apresentavam número bem mais elevados de programas de transferência monetária, tanto previamente à pandemia, como em decorrência da pandemia. Ademais, foi verificado que os países da América Latina dispunham de um aparato tecnológico, muitas vezes sofisticado, para distribuição das transferências monetárias e para acompanhar as condicionalidades, o que, possivelmente, contribui para que disponham de condições técnicas, de pessoal e informacionais para melhor atender às situações emergenciais decorrentes da pandemia da Covid-19, e, consequentemente, maior possibilidade de desenvolver estratégias no marco da pandemia para identificar os setores populacionais a ser atendidos. Ademais, o mapeamento também revelou que os países da América Latina apresentam mais acessibilidade a informações sobre seus programas, mediante disponibilização de páginas web oficiais, informes técnicos, artigos acadêmicos, etc., enquanto os países do Caribe não demonstraram essas condições e, em general, oferecem poucas informações, genéricas, muitas vezes dispersas em boletins de imprensa e de difícil acesso⁸.

Por último, deve ainda, ser destacado que não foram identificados, previamente nem em decorrência da pandemia da Covid-19, programas que possam ser considerados de Renda Básica, cujos qualificadores são universalidade e incondicionalidade.

3 CONCLUSÃO

A título de conclusão, o mapeamento dos programas de transferência monetária em implementação previamente à pandemia da Covid-19 e os instituídos em decorrência da pandemia, permite a reafirmação dos seguintes aspectos:

A conjuntura pandêmica, iniciada nos primeiros meses de 2020, agravou, sobremaneira, as condições de vida da classe trabalhadora, já em declínio em decorrência de seguidas crises estruturais do capital em curso desde os primeiros anos do século XXI, verificando-se a ampliação das desigualdades e da pobreza, da informalidade, dos trabalhos precarizados, instáveis, mal remunerados e sem

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DORONHO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPUS DO DEPARTAMENTO DA UFMA



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
GOVERNO DO MARANHÃO
GORDON DE SOUZA NEVES

**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

proteção social. Essa realidade também aprofundou e desvelou os limites e os efeitos do desmonte dos sistemas de proteção social dos países da América Latina e Caribe, abrindo espaço para ampliação dos denominados programas de transferência monetária. Assim, para mitigar esses efeitos em amplos setores da população dos países da América Latina e do Caribe, os programas de transferência monetária avançam no seu protagonismo enquanto política de proteção social para mitigar as situações degradantes decorrentes da pandemia da Covid-19.

São ações de política assistencial que ampliam o cenário da implementação dos programas de transferência monetária, integrando, reforçando, dando continuidade a programas pré-existentes à pandemia e sendo criados novos programas. Representam distintas linhas de ação; ampliam montantes financeiros dos benefícios e coberturas dos programas já existentes. Ao mesmo tempo, são qualificados pelo seu caráter emergencial, limitados temporariamente e extremamente focalizados, objetivando atenuar a perda de renda de trabalhadores desocupados e informais e frear o avanço da pobreza e da fome. Suspendem ou flexibilizam condicionalidades, reforçando o atendimento dos beneficiários já incluídos nos programas anteriores e incorporam novos beneficiários, mediante a adoção de critérios de focalização altamente restritivos, baixos valores dos benefícios, temporalidade limitada e caráter emergencial.

São programas que ostentam três funções contraditórias: respondem a demandas e necessidades imediatas de amplos segmentos desprotegidos da sociedade, sem, todavia, equacionar os problemas de desigualdades estruturais e do incremento da pobreza; são funcionais às demandas da economia, contribuindo para reduzir o impacto de crises econômicas; são utilizados para legitimação política de governos, pela possibilidade de amenizar ou mitigar urgências sociais, da própria sobrevivência, de amplos segmentos das classes trabalhadoras e por dinamizar os mercados.

Por fim, o mapeamento desenvolvido constatou, tanto na América Latina como no Caribe, a inexistência de programas de renda básica, qualificados pelos princípios da universalidade e incondicionalidade.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORANDO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPUS DO DIRETORIO DO CNPq



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
GOVERNO DO MARANHÃO
GILSON DE SOUZA REIS

REFERÊNCIAS

REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA (RBRB). **Sobre a renda básica.** [S. I.: s. n.], [2019?]. Disponível em: <http://rendabasica.com.br/sobre-a-renda-basica/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Relatório final do mapeamento de programas de transferência monetária na América Latina e Caribe**, São Luís, 2021. Mimeografado.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Caracterização e problematização dos Programas de Transferência de Renda Condicionados (PTRC) na América Latina e Caribe. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.) **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. p. 85-232.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O avanço do debate e a formulação de propostas de Programas de Transferência de Renda para a proteção social no contexto da pandemia da covid-19. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., Teresina, 2020. **Anais [...]** Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2020. Mimeografado.

SILVA; Maria Ozanira da Silva e; LIMA Valéria Ferreira Sando de Almada. Citizen's Basic Income in Brazil: from Bolsa Família to pilot experiences. In TORY, Malcolm Editor. **The Palgrave International Handbook of Basic Income**. London: Palgrave Macmillan, 2019. p. 319-338.

TORY, Malcolm (ed.). **The Palgrave International Handbook of Basic Income**. London: Palgrave Macmillian, 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Centro de Estudos da Metrópole. **Pandemia da Covid-19 cria novo grupo de vulneráveis:** homens e mulheres brancas atuantes em serviços não essenciais. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://centrodametropole.ffich.usp.br/pt-br/noticia/pandemia-da-covid-19-cria-novo-grupo-de-vulneraveis-homens-e-mulheres-brancos-atuantes-em>. Acesso em: 18 abr. 2020.

Notas:

¹ UFMA - Maria Ozanira da Silva e Silva, Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, Salviana de Maria Pastor Santos Sousa, Maria Eunice Ferreira Damasceno Pereira, Cleonice Correia Araújo, Cláudia Maria da Costa Gonçalves; PUCSP - Raquel Raichelis Degenszajn, Carola Carbajal Arregui, Maria Carmelita Yazback, Aila Fernanda dos Santos, Camila Caroline de Oliveira Ferreira, Ubiratan de Souza Dias Junior e Renato Tadeu Veroneze.

² Programa de Investigación y Estudio sobre Política y Sociedad (PROIEPS) da Facultad de Ciencias Humanas (FHC) da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN) - Silvia Fernandez Soto e Jorge Tripiana.

PROMTORES



APOIO



**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERCADO E GOVERNO



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

³ Universidad de la República (UDELAR) - Pablo Bentura Alonso, Laura Paulo Bevilacqua e Laura Vecinday.

⁴ Sobre concepções e práticas de Renda Básica Universal, veja Torry (2019); e sobre a experiência Brasileira de Renda Básica de Cidadania, veja na obra citada o capítulo de Silva e Lima (2019).

⁵ As informações contidas neste item são apresentadas e problematizadas de modo mais amplo em Silva (2021).

⁶ Importa considerar que o mapeamento realizado sobre programas de transferência monetária na América Latina e no Caribe, previamente e durante a pandemia, não dimensionou o quantitativo da população atendida pelos programas nem os espaços geográficos dos países atendidos por cada programa, sendo esses aspectos objeto de investigações posteriores, no âmbito do projeto citado.

⁷ No Brasil, a situação é agravada com o Golpe 2016 que destituiu a presidente reeleita Dilma Rousseff. O país foi assumido por presidentes sem compromissos com as questões sociais, ocorrendo desestruturação do Sistema de Proteção Social e desmonte de direitos, com contrarreformas trabalhista, previdenciária e emendas na Constituição Federal de 1988.

⁸ Essa é uma situação que requer estudos específicos e mais aprofundados para melhor compreender os sistemas de proteção social nos países do Caribe e, no contexto da proteção social, dimensionar a realidade dos programas de transferência monetária no âmbito dessa Região.

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERCADO E GOVERNO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-SPÓSIO DO ESTUDANTE MERCADO



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão



GOVERNO DO
MARANHÃO
GORDON DE SOUZA NEVES



PONTUAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO MAPEAMENTO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA NA AMÉRICA LATINA E CARIBE.

SCORES ON THE MAPPING EXPERIENCE OF CASH TRANSFER PROGRAMS IN LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN.

Carola C. Arregui

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre a experiência do mapeamento de programas de transferência monetária na América Latina e Caribe, considerando os Programas de Transferência de Renda implementados de forma maciça na região ao longo da década dos anos 2000 e as novas configurações que emergiram no contexto da Covid-19. Experiência que nasce no contexto de pesquisa em desenvolvimento realizada por grupos de pesquisadoras (es) de universidades do Brasil, Argentina e Uruguai. Trata-se de um texto que, além de apresentar breves apontamentos metodológicos da etapa do mapeamento, busca evidenciar que o debate que se reascendeu no contexto do Covid-19 sobre os programas sociais de transferência monetária e sobre a renda básica universal extrapola a crise sanitária que se instala em escala mundial.

Palavras-chave: Desigualdade Estrutural. Programas de Transferência Monetária. Pandemia. América Latina e Caribe.

ABSTRACT

The article presents a reflection on the experience of mapping cash transfer programs in Latin America and the Caribbean, considering the Cash Transfer Programs implemented massively in the region throughout the 2000s and the new configurations that emerged in the context of Covid-19. Experience that is born in the context of research in development carried out by groups of researchers (s) from universities in Brazil, Argentine and Uruguay. It is a text that, in addition to presenting brief methodological notes of the mapping stage, seeks to show that the debate that was resurrected in the context of Covid-19 on social programs for cash transfers and on universal basic income goes beyond the health crisis which is installed on a world scale.

Key words: Structural Inequality. Money Transfer Programs. Pandemic. Latin America and the Caribbean.

PROMTORES



APOIO



1. INTRODUÇÃO

Quando a OIT (2020) torna público, em maio de 2020, que 55% da população mundial estava descoberta de seguro social e benefícios não contributivos e que 80% dos(as) desempregados(as) carecia de proteção previdenciária ficou explícito que o debate que reascendeu no contexto da Covid-19 sobre os programas sociais de transferência monetária e sobre a renda básica universal extrapolava a crise sanitária que se instalara em escala mundial.

É preciso se atentar para o fato de que os dados publicados pela OIT no primeiro trimestre de 2020, não expressam apenas as consequências imediatas da redução no ritmo das atividades da economia em escala global face à pandemia, mas deixam em evidência a brutalidade dos frutos, nos universos do trabalho, das profundas transformações do capitalismo iniciadas na década de 1970, agudizadas nos anos 1990, agravadas a partir das crises de 2008-2009 e barbaramente levadas ao extremo no contexto pandêmico.

Transformações nas quais o capital incorporou e continua a incorporar as inovações e os avanços tecnológicos e científicos em benefício próprio. A revolução tecnológica e o advento da indústria 4.0, longe de representar melhores condições de trabalho, como prometeram os representantes do pensamento pós-moderno que negavam a gênese da relação capital/trabalho, derivou na ampliação dos já altos índices de informalidade, de precarização e de desemprego estrutural (ANTUNES, 2021). Traços que no caso da América Latina e o Caribe, se agravam em função da subordinação histórica e função colonial como países da periferia do capitalismo, constituídos na base da superexploração da força de trabalho e dos reduzidos níveis salariais (MARINI, 2008).

O Mapa a seguir, publicado em 2018, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018) escancara o traço estrutural do trabalho informal nos países do sul global, e que no caso da América Latina e o Caribe representa 53,1% dos trabalhadores e trabalhadoras ocupados na região, incidência que aumenta para quase 60% na América Central. E ainda, ao considerar a relação dos trabalhadores

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



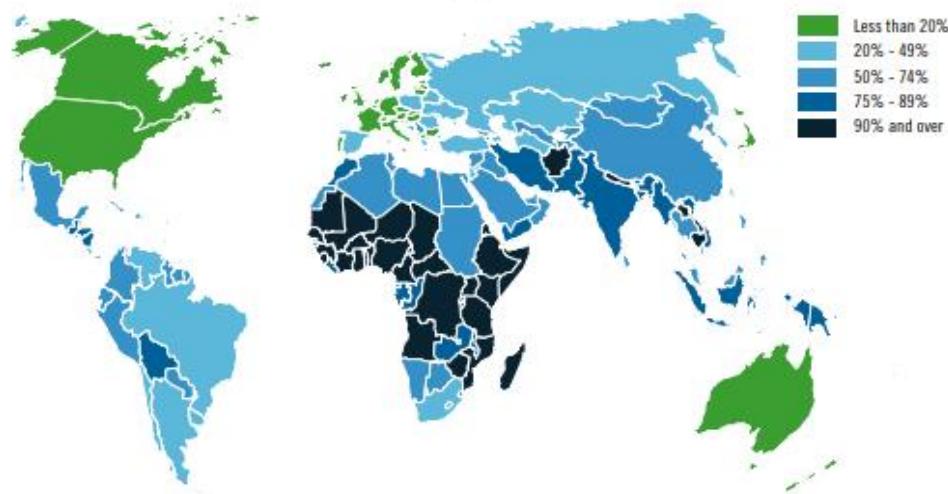
Fundaçao
de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



por conta própria e os empregadores, a OIT (2018) estima que na América Latina e o Caribe 76,6% das unidades econômicas são informais.

Figura 1. Parcela do emprego informal no emprego total (em percentuais) no mundo. 2016.



Fonte: OIT, 2018.

Dessa forma, já antes da pandemia eclodir, a trajetória de milhões de latino-americanas e latino-americanos se dava na transitividade e funcionalidade entre o desemprego e o trabalho informal; na precariedade intrínseca da condição de trabalhador(a) por conta própria, que transita numa extraordinária improvisação pela busca de empregos, cada vez mais precários, intermitentes e ocasionais; na crescente utilização de formas variadas de contratos temporários, subcontratos, contratos terceirizados e/ou de formas mais veladas e modernas expressas no novo linguajar empresarial sobre o empreendedorismo.

As veias abertas da América Latina continuam a revelar as contradições da trama de expropriações às que estão expostos os (as) trabalhadores(as) que em pleno século XXI, são espoliados em condições semelhantes àquelas que liamos nos livros de história sobre a revolução industrial. A indústria 4.0 na periferia do capitalismo se expressa em formas cada vez mais espoliativas e precárias de trabalho como o

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade

EX-ÓSPICE DO GOVERNADOR DO MARANHÃO



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÉNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



GOVERNO DO
MARANHÃO
GORDON DE SOUZA RIOS

trabalho uberizado que se expande na base do mundo tecnológico e informacional, especialmente no setor serviços. Como sugere Antunes (2021, p.17)

Nós já temos hoje uma miríade de trabalhos uberizados: professores, professoras, advogados, advogadas, arquitetos, arquitetas, médicos, médicas, enfermeiros, enfermeiras, trabalhadores do cuidado, trabalhadoras domésticas, jardineiros, motoristas etc. E qual é o segredo desse “*Frankenstein social*”? É que essas empresas se utilizam cada vez mais da informalidade, da flexibilidade e da precarização, sempre à margem da legislação protetora do trabalho, traços que particularizam e se ampliam no capitalismo do Sul, o capitalismo periférico, mas que se expandem também acentuadamente no Norte.

Por tanto, quando o Covid-19 eclode no mundo, encontra um continente latino-americano dilacerado pelo avanço de políticas neoliberais regressivas, pelo aumento do desemprego presente na nossa região desde 2013 (SILVA, 2021) e por uma nova geração de contrarreformas que representam um verdadeiro assalto aos fundos públicos e aos bens coletivos. Nesse contexto, conforme Raichelis e Arregui (2021) os regimes democráticos na América Latina deixaram de ser úteis, evidenciando que, nas nossas latitudes, a democracia é dispensável, toda vez que se visa franquear as riquezas nacionais e as verbas públicas a expensas da voracidade dos interesses do capital.

O caso do Brasil é tragicamente exemplar. Após a concretização do golpe, em 2016, inaugura-se um amplo e devastador programa de contrarreformas, que materializa uma dura ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora a serviço dos interesses do grande capital transnacional. Em 2017, a Lei de Terceirização (13.429) e a que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Lei 13.467), criaram as bases legais para a desconstrução da legislação trabalhista e a formalização da precarização do trabalho, que decorre da terceirização irrestrita.

Por tanto, quando a Covid-19 adentra em território brasileiro depara-se já com 12,6 milhões de pessoas desempregadas e 41,3% do total da população ocupada em situação de informalidade (IBGE/2019), considerando apenas, conforme as estatísticas oficiais, o trabalho sem carteira assinada no setor privado e no serviço doméstico e/ou o trabalho por conta própria. Condição que atinge especialmente as mulheres e os negros⁸, mas também as(os) imigrantes, os povos originários, a população de rua e

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



população LGBTQI+, explicitando que “as desigualdades de classe estão entrelaçadas às desigualdades estruturais étnico-raciais, de gênero, e que a dinâmica do capital reatualiza nossa herança escravocrata, colonialista e heteropatriarcal” (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021).

A pandemia agrava e evidencia as condições de desproteção da classe que vive do trabalho, reacendendo o debate dos mecanismos de proteção social não contributivos e no interior deles o alcance e configuração dos programas de transferência monetária e dos programas de renda básica universal.

2. Breves notas metodológicas sobre o Mapeamento

É nesse contexto, e de forma oportuna, que situa-se a pesquisa intitulada **Programas de Transferência de Renda⁸ focalizados e de Renda Básica Universal no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19**: acompanhamento e análise da realidade internacional na América Latina, Caribe e destaque no Brasil. Trata-se de estudo promovido pela Universidade Federal do Maranhão⁸, por intermeio do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza, articulado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, com a participação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo⁸, da Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires⁸ e do Departamento de Trabajo Social de la Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República/Uruguai⁸.

O estudo tem por objetivo analisar a configuração histórica e a dinâmica de implementação de programas de transferência monetária e as novas configurações que emergiram no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19 enquanto respostas à ampliação das desigualdades estruturais, do desemprego e do trabalho precário.

Pesquisa que busca apreender os processos de configuração e implementação dos programas no contexto histórico concreto, de forma a consolidar referências que nos permitam analisá-los na sua integralidade e movimento, desvendando e

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPCIO DO DIRETORIO EXECUTIVO DA CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



interrogando os processos, as suas dinâmicas e determinações, bem como os sentidos do seu surgimento, suas implicações e o que promovem em termos de proteção social (SOTO, 2017).

Trata-se de um estudo exploratório com base em pesquisa bibliográfica e documental, compreendendo que o documento “não é inócuo”, mas “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”, e que, portanto, para além do seu conteúdo formal é preciso analisar, também, as múltiplas condições de sua produção histórica (LE GOFF, 1990, p. 458).

A pesquisa inicia com um mapeamento, tendo por propósito identificar os países da América Latina e do Caribe com programas de transferência monetária pré-existentes à Covid-19 e propostas e programas em implementação instituídos para atender às consequências da Covid-19; e proceder ao levantamento de aspectos de cada programa. Para o presente estudo foram considerados os países da América Latina e do Caribe, com presença de línguas derivadas do latim (espanhol, português e francês)⁸ e distribuídos segundo os parâmetros utilizados pela CEPAL (2021), de forma a permitir posterior cruzamento dos dados socioeconômicos e demográficos em âmbito regional.

Para os Programas pré-existentes a pesquisa tomou como ponto de partida a base de dados constituída pela pesquisa Programas de Transferência de Renda Condicionada em implementação na América Latina e Caribe e estudo comparado entre os Programas de Transferência de Renda Condicionada de Brasil, Argentina e Uruguai⁸ realizada no início da década de 2010, que foi atualizada por meio de nova consulta a dados secundários e acesso a sites e informações disponibilizadas pelos respectivos países e por redes de pesquisa.

Para o mapeamento dos programas e ações de transferência monetárias implementados no contexto da pandemia o ponto de partida foi o *Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe*⁸ da Cepal que compila informações de dos países da região latino-americana e caribenha relativas às medidas no âmbito de políticas públicas para enfrentamento da pandemia nos quesitos mobilidade, economia, educação, emprego, gênero, proteção social e saúde. Dizemos ponto de partida, pois

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



nesses casos seguimos o mesmo procedimento de consulta e levantamento de informações e referências em fontes diretas de cada país.

Essa escolha, que garantiu do ponto de vista metodológico da pesquisa um padrão de isonomia na consulta e tratamento das fontes nas duas modalidades de programas nos diversos países da região, permitiu observar, disparidades entre os países em relação à publicização de informações oficiais sobre os programas e as formas de acesso. O mapeamento identificou, a princípio, que os países da América Latina apresentam, de maneira geral, maior quantitativo e mais acessibilidade a informações a respeito dos programas, podendo-se acessar a páginas web oficiais, informes técnicos e documentos normativos. Em contraposição, os países do Caribe, em general, oferecem poucas informações em sites oficiais, além de dispersas e de difícil acesso.

A realização do mapeamento além de criar referências e subsídios para as fases posteriores da pesquisa, evidenciou-se como uma etapa intrinsecamente vinculada ao estudo exploratório que, dando continuidade à pesquisa anterior, tem por objetivo:

desenvolver uma análise e problematização geral sem a pretensão de produzir uma caracterização intensiva sobre cada programa isoladamente, mas levantar informações pertinentes e suficientes para permitir a compreensão geral, mas profunda, do conjunto desses programas, identificando conteúdos, similaridades, convergências, divergências, e, sobretudo, os significados implícitos e explícitos presentes nesse conjuntos de programas sociais, de modo a desvendar seu real significado e limites para o enfrentamento da pobreza na região (SILVA, 2014, p.31-32).

3. Análise das medidas de proteção social no contexto da COVID-19 na América Latina e Caribe

Considerando as medidas compiladas no campo da proteção social pelo *Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe*⁸ da Cepal é possível observar que quase 80,0% do total de ações implementadas, entre fevereiro de 2020 e junho de 2021, estiveram vinculadas a medidas relativas a transferências em dinheiro, transferências de cestas de alimentos ou cupons equivalentes e flexibilização e/ou

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ESPAÇO DE INVESTIMENTO DA UFMA



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão

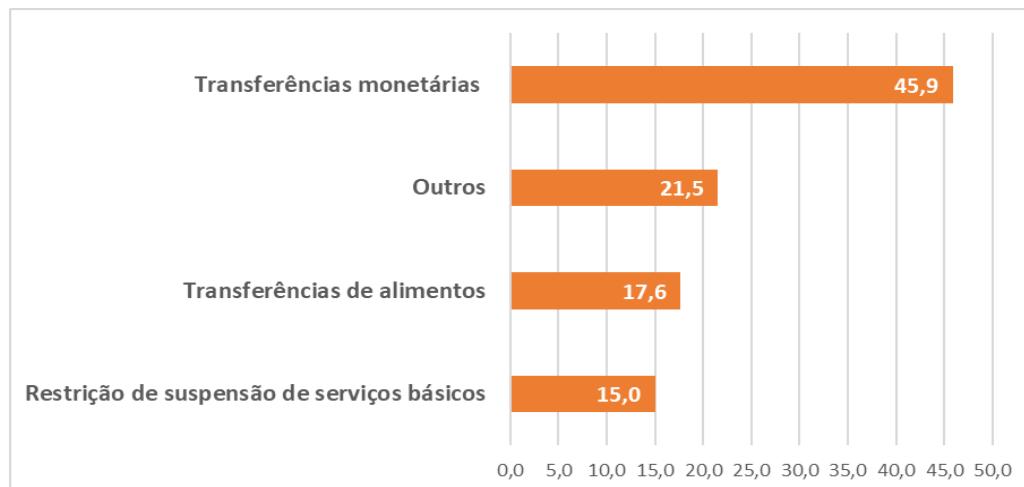
SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



GOVERNO DO
MARANHÃO
GORDON DE SOUZA NEVES

suspensão de obrigações financeiras para garantia de acesso a serviços básicos essenciais (como energia elétrica, água, telefonia e internet).

Gráfico 1. Percentual de ações implementadas no campo da proteção social na América Latina e o Caribe, segundo tipo de medida. 2020-2021.



Fonte: CEPAL, Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe, 2021

As transferências monetárias que representaram 45,9% do total das ações implementadas, tiveram como foco não só a ampliação e determinação de novas medidas envolvendo os Programas de Transferência de Renda implementados maciçamente na região desde meados dos anos 2000, como também, e sobretudo, a exigência de novos programas e ou ações direcionadas aos segmentos da classe trabalhadora, com especial destaque no trabalho informal.

A implementação de benefícios adicionais, acréscimos no valor e/ou antecipo de pagamentos de auxílios, aumento na cobertura dos programas e/ou de beneficiárias(os) nos Programas de Transferência Monetária já existentes, aliados à implementação de novos programas e/ou medidas de transferências monetárias para trabalhadores(as) desempregados (as), trabalhadores (as) informais, trabalhadores(as) sazonais, descontinam o desemprego, a precariedade e informalidade do trabalho como traços estruturais dos países da periferia do capitalismo, que antecedem a pandemia do Coronavírus.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-SPÉCIE DO DESENVOLVIMENTO DA UFMA



Paralelamente, as transferências alimentares seja por meio alimentos ou de cartão alimentação que representaram 17,6% do total das medidas implementadas, foram implementadas em 24 do total de 33 países da América Latina e Caribe, conforme pode ser observado no quadro 1.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura o impacto da pandemia ocorreu num momento em que a segurança alimentar na América Latina e o Caribe já estava em claro retrocesso: em 2019, os 47,7 milhões de pessoas que viviam com fome na região representaram o aumento de mais de 13 milhões de pessoas no total da população que passaram a ficar subalimentadas nos últimos cinco anos. Além disso, mais de 190 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, o que significa que um em cada três habitantes da América Latina já não tinha acesso a alimentos suficientes e nutritivos antes da pandemia adentrar em território latino-americano e caribenho (FAO, 2020). Paralelamente, o informe da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal, 2020) apontava que o aumento da pobreza e da extrema pobreza acumulado entre 2013 e 2019 representava um franco retrocesso na América Latina e o Caribe, recolocando a região no patamar do início da década de 2000.

Quadro 1. Países que implementaram medidas de transferência de alimentos e ou restrições de suspensão de serviços básicos de infraestrutura na América Latina e Caribe.

Medidas destinadas a transferências alimentares	Medidas que restringiram suspensão de serviços básicos
Antígua e Barbuda	Antígua e Barbuda
Argentina	Argentina
Bahamas	Bahamas
Barbados	Belize
Belize	Estado Plurinacional da Bolívia
Estado Plurinacional da Bolívia	Brasil
Brasil	Chile
Chile	Colômbia
Colômbia	Costa Rica
Costa Rica	Cuba
Cuba	República Dominicana
República Dominicana	Ecuador
Ecuador	El Salvador

**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

El Salvador
Guatemala
Guiana
Haiti
Honduras
Nicarágua
Panamá
Paraguai
Peru
San Vincente e Granadinas
Uruguai

Granada
Guatemala
Honduras
Panamá
Paraguai
Peru
Saint Kitts and Nevis
Saint Lucia
San Vincente e Granadinas
Uruguai
República Bolivariana da
Venezuela

Fonte: CEPAL, Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe, 2021

O aumento do desemprego estrutural, da pobreza e da fome, numa região na qual uma em cada cinco pessoas mora em favelas (UN-HABITAT, 2016), aliado ao aprofundamento dos processos de mercantilização dos serviços públicos essenciais, desvenda o contexto de precarização da vida que a população latino-americana enfrentou no contexto da pandemia.

Na região, formam necessárias medidas para manutenção de serviços básicos essências (majoritariamente energia elétrica e água, e em alguns casos também telefonia e internet), presentes em 24 dos 33 países da América Latina e o Caribe, e que representaram 15,0% das ações implementadas no campo da proteção.

Proibição de cortes de serviços por falta de pagamento atreladas a suspensão de multas e/ou adiamento dos prazos foram as medidas mais mencionadas pelos diversos países. Observou-se, assim mesmo, em diversos países a determinação dos governos nacionais para a reconexão de serviços cortados, demonstrando que a lógica mercantil ignorou a gravidade da crise sanitária mundial e a essencialidade dos serviços básicos de infraestrutura urbana. Em contraposição, alguns países apresentaram medidas de outra natureza, como Argentina que determinou a internet e a TV a cabo como serviços essenciais, Uruguai que estabeleceu um pacote de internet grátis para toda a população por meio da agência estatal de telefonia e o Equador que proibiu o aumento das taxas dos serviços essenciais durante a vigência da pandemia e um ano após a finalização da determinação de estado de emergência sanitária.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÉNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**



4. À guisa de conclusão

Durante os primeiros meses da pandemia, muito foi escrito e falado a respeito de uma suposta característica “democrática” da Covid 19, uma vez que o vírus atingia pessoas de todas as classes sociais.

No entanto, hoje, os dados e pesquisas revelam que a incidência de casos e óbitos atingiu de forma mais aguda a classe que vive do trabalho e teve impactos particularmente graves sobre mulheres, negras e negros, afrodescendentes, povos indígenas e populações historicamente subalternizadas e oprimidas. A pandemia vem descortinando a falência dos sistemas de saúde mercantilizados e subfinanciados, a falta de acesso à água e saneamento, o trabalho precário e as lacunas na proteção social, legados do neoliberalismo na nossa região (OXFAM, 2021).

A despeito do agravamento das condições de trabalho e de vida de milhões de latino-americanos e latino-americanas, a ortodoxia ultra neoliberal exacerba a retórica em prol de uma nova leva de reformas trabalhistas na região, que tem por intuito a extinção de direitos e a sujeição da classe trabalhadora, associadas, em muitos casos, com uma nova leva de contrarreformas, que têm como especial alvo a previdência, a educação e a saúde e a privatização de serviços essenciais à vida, como o acesso à agua e ao saneamento básico.

A atual conjuntura relacionada à internacionalização do capital e ao conjunto de expropriações e usurpações em curso, assentada numa visão reacionária propensa a apoiar alternativas autoritárias, requer a acumulação de forças no campo coletivo, teórico e político. Como incita Yazbek (2019, p.99) é preciso

resistir pela necessidade de construir direitos e outras mediações políticas e ideológicas. O desafio é construir ações de resistência e alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Seja no tempo miúdo do cotidiano, por dentro dos espaços institucionais onde atuamos, politizando nossas iniciativas, buscando novas práticas, retomando ações de educação de base, buscando espaços a ocupar, considerando as variadas lutas e propostas de resistência. Seja no apoio às resistências cotidianas das classes subalternas em suas lutas em nossa sociedade, expressando que profissionalmente caminhemos juntos (grifo da autora).

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO & DOUTORANDO

APOIO



16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL



TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

Nesse campo de resistências, estão situadas as lutas pela defesa do direito ao trabalho e à proteção social, contributiva e não contributiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O trabalho no capitalismo pandêmico: para onde vamos? In: LOLE, Ana Caroline; MACHADO; Ana Caroline Gimenes; VIEGAS, Cristiane Moura; AMARAL, Luciane (Orgs.) *Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

CEPAL. El desafío social en tiempos del covid-19. Informe Especial, n. 3, Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020. Disponible em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45527-desafio-social-tiempos-covid-19>. Acesso em: 10 jan. 2020.

CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe: 2020. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2021.

EURICO, Márcia; GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: Desafios para o serviço social. Serviço Social & Sociedade [on-line], 2021, n. 140, p. 84-100. Disponible em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.239>. Acesso em: 31 mai. 2021.

FAO. 2020 de la seguridad alimentaria y nutricional panorama seguridad alimentaria y nutricional para los territorios más rezagados. Santiago de Chile, Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2020.

Disponible em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/b2242es/>. Acesso em: 30 dez. 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponible em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=26737&t=destaques>. Acesso em: 30 jul. 2020.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARINI, Rui Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

OXFAM INTERNATIONAL. O vírus da desigualdade. Oxfam, jan. 2021. Disponible em:

https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F1611531366bp-the-inequality-virus-110122_PT_Final_ordenado.pdf. Acesso em: 31 mai. 2021.

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPCIO DO DEPARTAMENTO DA CPTM



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÉNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



OIT. *Women and men in the informal economy: a statistical picture.* Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_626831/lang--en/index.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

OIT. *Social protection responses to the COVID-19 pandemic in developing countries: strengthening resilience by building universal social protection.* Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/seccsoc/information-resources/publications-and-tools/Brochures/WCMS_744612/lang--en/index.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

RAICHELIS, Raquel e ARREGUI, Carola C.O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2021, n. 140, pp. 134-152. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/#>. Acesso em: 20 mai.2021.

SILVA, José Fernando Siqueira da. América Latina: capital e devastação social. *Revista Katálysis* [online]. 2021, v. 24, n. 1, pp. 7-19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8nbgcNbSMnh3mcPYzBgWXYh/#>. Acesso em: 20 jul.2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (org.). *Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe.* São Paulo: Cortez, 2014.

SOTO, Silvia Fernández (org.). *Estado y políticas sociales: los programas de transferencia de renta condicionada en el proceso de hegemonia em América Latina.* Buenos Aires: Espacio Editorial, 2017.

UN-HABITAT. *Urbanization and Development: Emerging Futures. World Cities Report 2016.* Nairobi, United Nations Human Settlements Programme, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e seu projeto ético-político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (Orgs.) *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa.* São Paulo: Cortez, 2019.

16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO



TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie



16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas

TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

EL LUGAR DE LA TRANSFERENCIA MONETARIA EN EL SISTEMA DE PROTECCIÓN SOCIAL DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Cambios y persistencias.

THE PLACE OF MONETARY TRANSFER IN THE SOCIAL PROTECTION SYSTEM OF LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. Changes and persistence.

Sílvia Fernandes Soto

Resumen

Este artículo analiza la emergencia y desarrollo de los programas de transferencias monetarias condicionadas (PTC), implementadas en América Latina desde fines de la década de 1990. Es en el contexto de crisis y conflictividad social de fines de siglo XX y principios de siglo XXI, en un contexto de desocupación, extensión de las condiciones precarias de trabajo, profundización de la desigualdad y expansión e intensificación de la pobreza; que cobran relevancia; institucionalizándose en el repertorio de políticas sociales desarrollados por la mayoría de los países en América Latina para el contingente creciente de desocupados y pobres. Se analiza el lugar que van adquiriendo en el nuevo milenio los PTC en el sistema de protección social, observando su ampliación, masificación e institucionalización. En esta configuración de tres décadas de los PTC, hasta el contexto de intensificación de la crisis por la pandemia de covid-19 durante el 2020-21, se identifican continuidades, inflexiones, tensiones y límites.

Palabras claves: Transferencia monetaria. Protección social. América Latina.

Abstract

This article analyzes the emergence and development of conditional cash transfer programs (PTC), implemented in Latin America since the late 1990s. It is in the context of crisis and social conflict at the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, in a context of unemployment, extension of precarious working conditions, deepening of inequality and expansion and intensification of poverty; that become relevant; institutionalizing itself in the repertoire of social policies developed by most of the countries in Latin America for the growing contingent of the unemployed and the poor. The place that CCTs are acquiring in the new millennium in the social protection system is analyzed, observing their expansion, massification and institutionalization. In this three-decade configuration of the CCTs, until the context of the intensification of the crisis due to the covid-19 pandemic during 2020-21, continuities, inflections, tensions and limits are identified.

Keywords: Money transfer. Social protection. Latin America.

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





1- INTRODUCCIÓN

Este artículo analiza la emergencia y desarrollo de los programas de transferencias monetarias condicionadas (PTC), implementados en América Latina desde fines de la década de 1990 hasta el 2021. Es en el contexto de crisis y conflictividad social de fines de siglo XX y principios de siglo XXI, en un contexto de desocupación, extensión de las condiciones precarias de trabajo, profundización de la desigualdad y expansión e intensificación de la pobreza; que cobran relevancia; institucionalizándose en el repertorio de políticas sociales desarrollados por la mayoría de los países en América Latina para el contingente creciente de desocupados y pobres. Se analiza el lugar que van adquiriendo en el nuevo milenio los PTC en el sistema de protección social, observando su ampliación, masificación e institucionalización. En esta configuración de tres décadas de los PTC, hasta el contexto de intensificación de la crisis por la pandemia de covid-19 durante el 2020-21, se identifican continuidades, inflexiones, tensiones y límites.

Se presentan resultados parciales del proyecto *Programas de Transferência de Renda Focalizados e de Renda Básica Universal no contexto da pandemia e da pós-pandemia da Covid-19: acompanhamento e análise da realidade na América Latina e Caribe*. En el marco del mismo se realizó un mapeamiento de las propuestas y programas de transferencias monetarias preexistentes a la pandemia y programas encaminados a atender las consecuencias sociales y económicas derivadas del Covid-19 en la población objetivo de estos programas, compuesta en su mayoría por personas desempleadas, personas que han perdido los ingresos necesarios para su subsistencia; trabajadores informales, que viven de trabajos inestables, con salarios bajos y sin protección social. Se utilizaron fuentes documentales de organismos internacionales, de los diferentes gobiernos, y estadísticas oficiales.

El artículo se organiza en cinco momentos: en un primer momento se analiza desde una perspectiva histórica los desplazamientos de la intervención social del Estado e institucionalización de los programas de transferencia monetarias condicionadas (PTC) en América Latina, en un contexto de crisis capitalista. Luego, se identifican los elementos constitutivos y los fundamentos de legitimación de los PTC. Observando

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPUS DO DIRETORIO EXECUTIVO DA UFMA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao
de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





las heterogeneidades, tensiones y permanencias en la región. En un tercer momento identificamos los procesos de masificación e institucionalización de los PTC en el Siglo XXI en América Latina. 2000-2015. Establecemos las reacciones y regresiones de garantías sociales que se producen en el contexto de reimpulso neoliberal en el período 2015-2019. en este cuadro neoliberal observamos la intensificación de las desigualdades sociales en el contexto pandémico y las medidas de emergencia desplegadas.

2- CRISIS CAPITALISTA, DESPLAZAMIENTOS DE LA INTERVENCIÓN SOCIAL DEL ESTADO E INSTITUCIONALIZACIÓN DE LOS PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA MONETARIAS CONDICIONADAS (PTC) EN AMÉRICA LATINA

En la década de 1970 se expresan profundos cambios en la dinámica global de acumulación de capital y en las configuraciones políticas, culturales y estéticas que se habían constituido en dominantes desde la posguerra. Expresa una crisis profunda y reestructuración global de la sociedad capitalista. Se desarrolla a escala global un proceso de neoliberalización, implicando procesos de re-configuración territorial, económica y política expresándose predominantemente en los elevados niveles de transnacionalización de las empresas capitalistas; la mundialización de las relaciones capitalistas de producción; la reducción de costos de transporte y comunicaciones; el desarrollo y tecnificación del capital ficticio (financiero); entre otros aspectos relevantes (Harvey, 2007).

Este proceso de cambios se enmarca en la crisis de los proyectos de desarrollo nacionales de posguerra. La instauración del nuevo modelo de desarrollo en América Latina desde fines de la década de 1970 trastoca la configuración estatal, las formas y orientaciones de las políticas públicas. Erigen principios organizadores asentados en la privatización, la focalización, la descentralización; en contraposición al carácter público, universal y centralista de las intervenciones sociales estatales, organizadas en sectores de las políticas sociales. “Puso en tela de juicio las posibilidades económicas y políticas de sostener o inaugurar políticas de bienestar de orientación universal, vinculadas de alguna forma al mercado de trabajo” (Midaglia, 2012, 79).

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-SPÓSIO DO DIRETORIO EXECUTIVO DA UFMA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

Se materializaron un conjunto de reformas “pro-mercado”, que implicaron cambios prácticos-institucionales de las políticas sociales que envolvieron al mismo tiempo la ampliación de los procesos de mercantilización y el fortalecimiento de criterios de selectividad restrictivos e individualizantes. De esta manera la intervención social del estado se fue desplazando a atender bajo criterios de focalización la “extrema pobreza”. Así se desplegaron una multiplicidad de programas de “combate a la pobreza” asentados en narrativas que pretendían circunscribir las intervenciones estatales a los sectores más “vulnerables”.

“Es en el proceso global de redimensionamiento de los Sistemas de Protección Social por los cambios sociales generales y las nuevas exigencias colocadas al Estado, que se inscribe la emergencia y ampliación de los Programas de Transferencias monetarias Condicionadas (PTC) alcanzando a los contingentes de trabajadores desocupados, empobrecidos, precarios e informales que no alcanzan a reproducir sus condiciones materiales de existencia”. (Fernández Soto, 2016, 222) La emergencia, expansión e institucionalización se relacionan en términos amplios con: 1 - el desplazamiento de la Intervención Social del Estado hacia la pobreza y junto con esto la expansión de la asistencia. 2 - las respuestas construidas por los gobiernos emergentes n el siglo XXI y organismos internacionales en este contexto de crisis procurando reconstruir la recomposición material del consenso y la legitimidad social. (Fernández Soto, 2016, 1013)

La institucionalización de los Programas de transferencia monetaria implicó procesos específicos que van de programas puntuales en la década del noventa a el armado de diseños institucionales que pretenden constituirse en permanentes vinculados a las estrategias globales de combate a la pobreza estructural más allá de situaciones de emergencia económica y social. Al mismo tiempo sus procesos de institucionalización implicaron la extensión y masificación, desbordando los límites estrechos de la hiper-focalización de la década del noventa. También este proceso de extensión de la asistencia a partir de los PTC, significó la ampliación de los “programas sociales no contributivos”, estableciéndose arreglos institucionales específicos en cada experiencia nacional en función de sus trayectorias históricas particulares.

PROMTORES



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO**

APOIO

**Fundação
Sousândrade**
EX-ÓSPICE DO GOVERNO DO CEARÁ



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão

**GOVERNO DO
MARANHÃO**
Governo de Flávio Dino

El resultado de esta institucionalización es el armado de esquemas mínimos de protección social, que expresan continuidades; inflexiones y tensiones con las propuestas anteriores (focalización en la pobreza, brindan prestaciones mínimas, exigen contraprestaciones/condicionalidades); aunque su institucionalización significa la construcción de “seguridades mínimas”.

3- PTC: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS Y FUNDAMENTOS DE LEGITIMACIÓN

Los PTC se caracterizan por proveer dinero —y en ciertos casos transferencias no monetarias— a familias en situación de pobreza o pobreza extrema que tienen uno o más hijos menores de edad, a condición de que éstas cumplan con ciertas exigencias, generalmente vinculadas con la asistencia escolar y el control regular de la salud de los niños y jóvenes. Esta provisión de dinero se da bajo un esquema no contributivo y condicionado. Es decir, se les otorgan a las personas sin que éstas hayan realizado aportes previos a la seguridad social para generar ese derecho.

Bajo esta transferencia de dinero, priorizando a las madres como titulares, se edifica la estructura básica común de los PTC, que pretenden articular objetivos de corto plazo, que participan en “el alivio” inmediato a la pobreza a través de las transferencias monetarias; con objetivos de largo plazo, que pretenden “interrumpir” el ciclo intergeneracional de la pobreza a través de las condicionalidades impuestas en materia de salud y educación y la “inversión en capital humano”(Fernández Soto, 2013). Desde su surgimiento en la década del noventa hasta el presente una multiplicidad de estudios han abordado diferentes aspectos de su emergencia y desarrollo; los impactos en la reducción de la pobreza, en la mejora en los indicadores de educación y salud, el alcance y las posibilidades de ampliación de la cobertura (Villatoro 2004; Rawlings y Rubio 2005; Valencia 2008; Banco Mundial 2009; Ham 2010; Bertranou y Maurizio 2011; UNDP 2011; Gasparini y Cruces 2010; Lo Vuolo 2010; Amarante, V. y Brun, M. 2016; Atuesta y Cecchini 2017). Otros han hecho hincapié en las transferencias monetarias y las posibilidades de contribuir a que los hogares “escapen” de la “trampa intergeneracional de pobreza” (Araujo, Bosch y Schady, 2017). Otros análisis se han centrado en una perspectiva de género problematizando desde diferentes ángulos el rol protagónico que las mujeres toman

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ESPAÇO DO DESenvolvimento DA UFMA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação



GOVERNO DO
MARANHÃO

Governador Flávio Dino



en éstos, así como los procesos de materialización y familiarización que contienen (Klein 2005; Molyneux 2006; Tabbush 2008; Valencia 2008; Pautassi y Zibecchi 2010) A partir de estudios realizados en relación a las distintas dimensiones constitutivas de los PTC (Fernández Soto, 2016; Silva y Fernández Soto, 2018), podemos indicar que si bien todos transfieren dinero, y esta constituye la dimensión material central de los PTC, además de compartir un esquema básico común en el que se asientan; es posible observar algunas diferencias: en relación a la inscripción institucional en el sistema de protección social de cada país, los énfasis de las argumentaciones legitimantes de los programas, las articulaciones entre los diferentes niveles gubernamentales, los montos de los beneficios, los mecanismos institucionales de selección de los beneficiarios, las sanciones estipuladas por incumplimientos de las condicionalidades, las modalidades de seguimiento, entre otras cuestiones que hacen al proceso de materialización. Es decir, la misma dinámica de constitución y desarrollo de los PTC se encuentran disputas y tensionados, por los alcances materiales que garantizan y por los argumentos que esgrimen en sus procesos de implementación. Los PTC, como instrumentos de política social no contributivos, se constituyen en programas que distribuyen pagos monetarios regulares que se institucionalizan en los sistemas de protección social de cada experiencia nacional, y que operan como una transferencia de renta mínima garantizada a la población en situación de pobreza. En tal sentido superan el carácter emergencial, discontinuo, discrecional, hiper-focalizado de los programas que se desplegaron en las estrategias de “combate contra la pobreza” de la década del noventa, impulsada en gran medida por los organismos internacionales de crédito.

Su institucionalización y la regularidad de la distribución del beneficio monetario constituye “un “alivio” en las condiciones materiales de existencia de familias trabajadoras que no disponen de forma regular de otras rentas. “Dada la inestabilidad e insuficiencia de los ingresos laborales del sector de la clase trabajadora al cual va dirigido, las transferencias monetarias del programa constituyen la principal (y/o única) protección “estable” y previsible para las familias involucradas. Si bien los ingresos son insuficientes, son “seguros” en un contexto de inestabilidad, informalidad y

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ESPAÇO DO DESenvolvimento DA UFMA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação



precarización estructural. Se construye paradójicamente una “seguridad precaria”” (Fernández Soto: 2013).

Los PTC en América Latina emergen como un mecanismo de enfrentamiento de la pobreza, sobre las recomendaciones de los organismos internacionales, adquiriendo cierta maleabilidad según cada trayectoria histórico-institucional y el despliegue de demandas y conflictividad social. Con bajo costo en relación al PBI y condicionalidades para mantener los beneficios monetarios, alcanzan una importante cantidad de la población. Los cambios institucionales que expresan, se inscriben en movimientos más generales de monetarización y financierización de las políticas sociales, en tanto se implementan proveyendo recursos monetarios administrados por instituciones bancario-financieras, en un contexto global capitalista de predominio de capital financiero. Es en este contexto que se va gestando una nueva forma y contenido de la política social, imbricada al proceso global de reproducción de la acumulación capitalista, los PTRC. Participan en la reproducción de una parte de la clase trabajadora que no reproduce plenamente sus condiciones materiales de existencia a través del salario. La provisión regular de dinero supone la bancarización de esta población, instrumentando al mismo tiempo mecanismos crediticios y financieros definidos por grandes instituciones bancarias.

4- PROCESOS DE MASIFICACIÓN E INSTITUCIONALIZACIÓN DE LOS PTC EN EL SIGLO XXI EN AMÉRICA LATINA. 2000-2015.

La evolución de los programas no es homogénea entre los países de la región, el incremento más importante en términos de cobertura e inversión de los PTC ocurrió durante la década de los 2000. La puesta en marcha de PTC en varios países, sobre todo en los años 2002 y 2003, se refleja en una fuerte alza de la cobertura y la inversión regional a partir de esos años. para el 2008, se implementan en la casi totalidad de los países de América Latina, lo cual continúa hasta la actualidad⁸.

Las series regionales de cobertura e inversión se han estabilizado después de 2010. En 2014 y 2015 la inversión en términos reales ha mostrado una tendencia a la baja y la población que participa de estos programas ha disminuido. Datos preliminares para 2016 confirman esta tendencia a la baja. (CEPAL 2017, 2019) El número de

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPUS DO DEPARTAMENTO DA CULTURA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



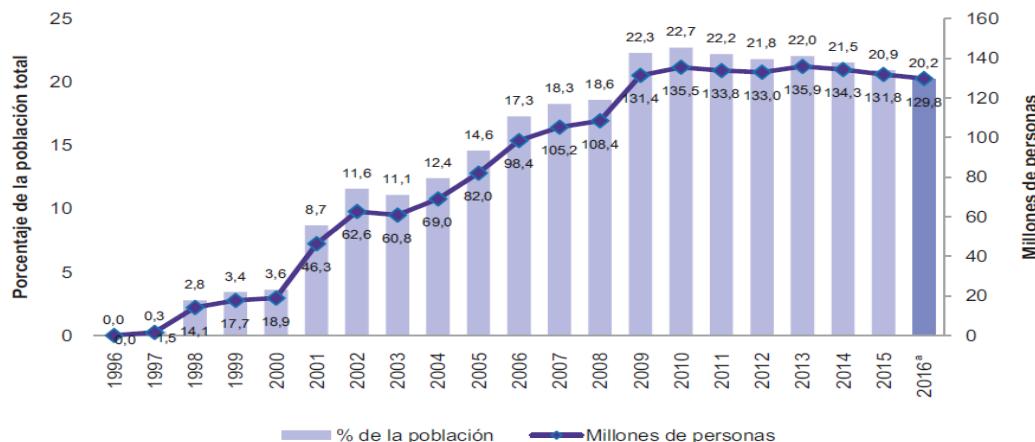
Fundaçao
de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação



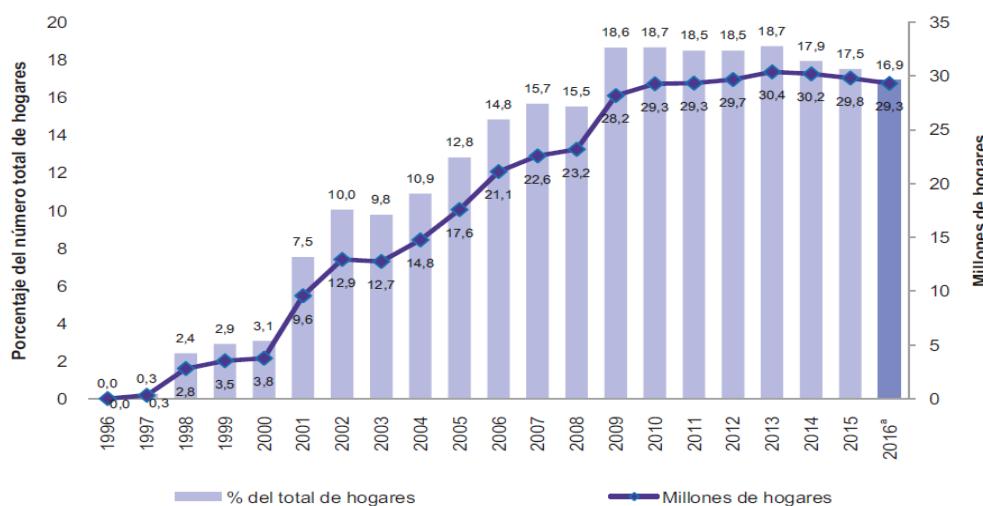
personas que viven en hogares destinatarios de los PTC ha aumentado de menos de un millón en 1996 a 131,8 millones en 2015, lo que representa el 20,9% de la población regional.

América Latina y el Caribe: Población en hogares que participan en PTC, 1996-2016
(En porcentajes de la población total y en millones de personas)



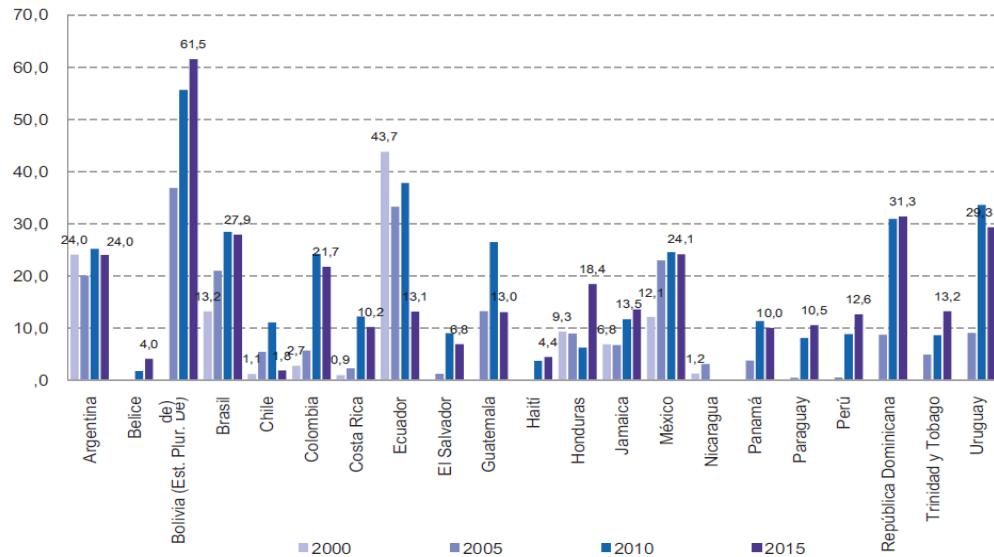
Al mismo tiempo, la cobertura regional de hogares destinatarios de los PTC ha aumentado de menos de 300.000 hogares en 1997 a 29,8 millones en 2015, correspondientes al 17,5% del total de hogares de la región. La diferencia entre el porcentaje de personas cubiertas y el porcentaje de hogares destinatarios se explica por el hecho de que estos últimos tienen un número promedio de miembros superior a los hogares no participantes. Las series de cobertura regional muestran un aumento sostenido hasta 2010, estabilizándose en el último quinquenio, pero con disminuciones en 2014 y 2015.

América Latina y el Caribe: Hogares que participan en PTC, 1996-2016
(En porcentajes del número total de hogares y en millones de hogares)



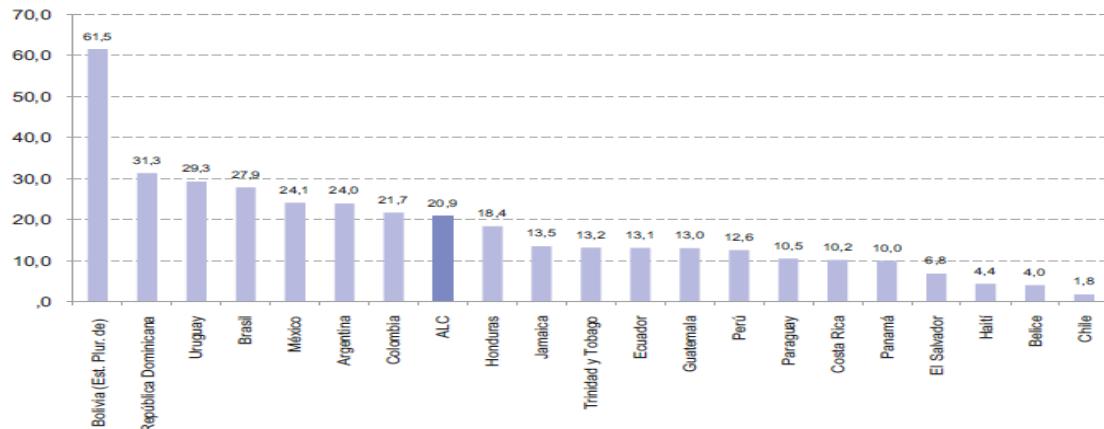
En América Latina y el Caribe, la cobertura de la población regional por parte de los PTC aumentó en su conjunto de 3,6% en 2000 a 20,9% en 2015.

Personas en hogares destinatarios de los PTC, alrededor de los años 2000, 2005, 2010 y 2015
(En porcentajes de la población total)



Los datos sobre la cobertura de personas que viven en hogares destinatarios de los PTC como porcentaje de la población total nacional alrededor de 2015, nos indica que el 20,9 % de la población de América Latina está cubierta. El Estado Plurinacional de Bolivia, es particular, ya que su principal programa, el Bono Juancito Pinto, es el de mayor cobertura, no focaliza por condición de pobreza, sino que se entrega a todos los escolares de establecimientos públicos.

Cobertura de personas en hogares destinatarios de los PTC, alrededor de 2015
(En porcentajes de la población total)



En 2015 el número total de personas que vivían en hogares destinatarios de los PTC era mayor al número de personas que vivían en situación de extrema pobreza, pero

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



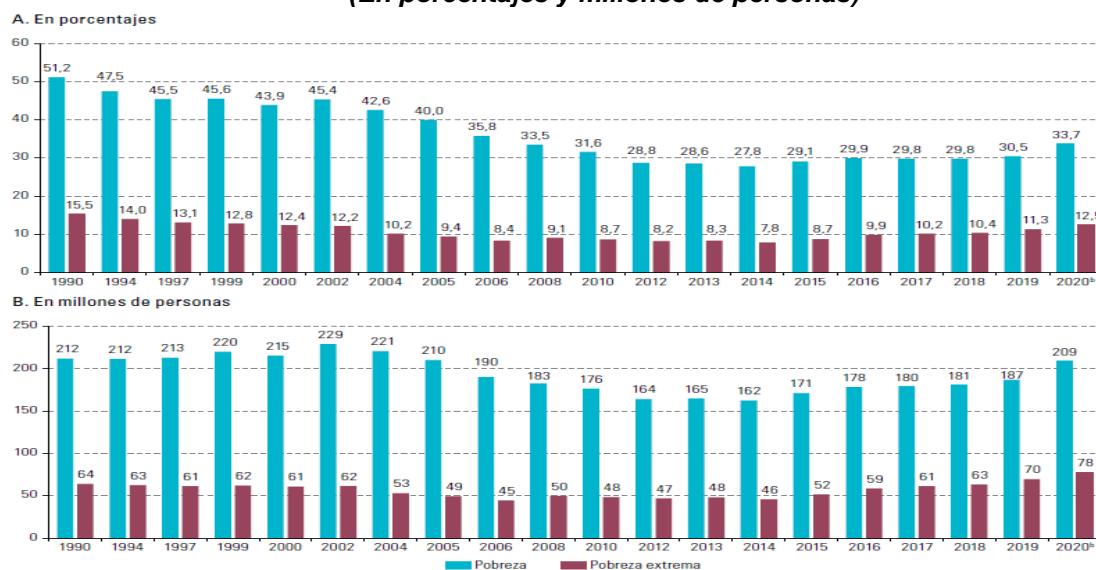
representaba solamente el 73,6% del número de personas en situación de pobreza. (CEPAL 2017)

5- REACCIÓN Y REGRESIÓN DE GARANTÍAS SOCIALES. REIMPULSO NEOLIBERAL 2015-2019.

América Latina y el Caribe sigue siendo a fines de la segunda década del siglo XXI, la región más desigual del mundo, por sobre el África Subsahariana (la segunda región más desigual), y presenta un índice de Gini promedio casi un tercio superior al de Europa y Asia Central.

Después de 12 años en que las tasas de pobreza y pobreza extrema de la región se redujeron considerablemente⁸, en 2015 se registraron incrementos sucesivos de ambas tasas, manteniéndose el deterioro hasta el 2020. Los datos nos indican 32 millones más de personas viviendo en pobreza extrema en el 2020 en relación a 2014 y 47 millones más de personas en situación de pobreza considerando el mismo período. (CEPAL, 2019, 2020)

**América Latina: personas en situación de pobreza y pobreza extrema, 1990-2020.
(En porcentajes y millones de personas)**



Estos datos nos indican con claridad que desde 2015 se han registrado en la región retrocesos significativos en lo que respecta a la pobreza y pobreza extrema. En un contexto regional de profundización de un esquema de desarrollo desigual y dependiente, con profundas transformaciones demográficas y cambios estructurales

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
GOVERNO DO MARANHÃO

en el mercado de trabajo. A partir de 2015 América Latina exhibe el deterioro de importantes indicadores laborales: aumentaron las tasas de desocupación y se interrumpe el proceso de formalización del empleo que había tenido lugar en diversos países en los años anteriores. Sin dudas esto constituye una de las fuentes productoras de pobreza, junto con los procesos inflacionarios y devaluatorios en un contexto de incremento de la desigualdad social.

En ese contexto, la “red de protección social” que se extendió en la región a partir de comienzos de la década de 2000, y que contribuyó en parte a mejoras relativas observadas hasta mediados de la segunda década del SXXI, cumple un rol de contención de los deterioros distributivos y opera como colchón mínimo para amortiguar mayores retrocesos en los niveles de pobreza, extrema pobreza y desigualdad de ingresos.

6 DE LA ANTESALA NEOLIBERAL AL CONTEXTO PANDÉMICO. Visibilización, intensificación de las desigualdades sociales y medidas de emergencia.

Pese a las mejoras a los indicadores sociales y económicos expresadas en la región durante el período que se abre posterior al 2001 y llega hasta el 2015, reflejándose también en la expansión de la cobertura de protección social a través centralmente de los PTC (CEPAL, 2019, las diferentes experiencias nacionales inician la pandemia con las reacciones y retrocesos expresados en el período 2015-2019, exhibiendo grandes brechas sociales y amplios grupos de la población desprotegidos⁸. Situación que muestra la fragmentación y las desigualdades sociales, y las distancias institucionales en alcanzar niveles universales de bienestar y protección. Se inicia la pandemia con elevados niveles de informalidad laboral (solo el 47,2% de las personas ocupadas estaban afiliadas o cotizaban a los sistemas de pensiones, y el 60,5% estaban afiliadas o cotizaban a los sistemas de salud, un cuarto de las personas de 65 años o más no percibía una pensión CEPAL 2020). Asimismo, en 2019, los PTC cubrían en promedio al 18,5% de la población de los países de América Latina y el Caribe.

La región latinoamericana se ha constituido durante 2020 y 2021 en uno de los epicentros de la pandemia del COVID-19. En julio de 2021, a más de un año de iniciada la pandemia, en total, se ha reportado casi 74 millones de casos de COVID-

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-OFICIO DO GOVERNO DO CEARÁ



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa do Estado
do Maranhão



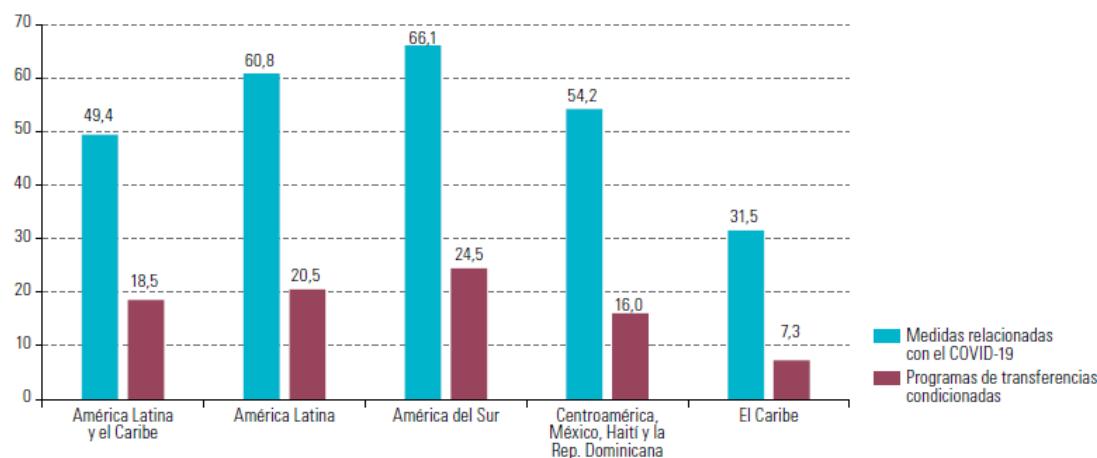
SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
GOVERNO DO MARANHÃO
GORDON DE SOUZA REIS

19 y 1,9 millones de muertes, es decir, más de un tercio de los casos y más del 40% de las muertes notificadas en todo el mundo. (OPS, 2021) La COVID-19 no sólo ha generado estragos en la salud, sino que ha intensificado la fractura de los sistemas de protección social. Se visibiliza la ausencia de sistemas de protección social universales e integrales, que garanticen un nivel básico de consumo y bienestar a lo largo del ciclo de vida.

Los gobiernos han desplegado una multiplicidad de respuestas de emergencia dirigidas principalmente a los hogares en situación de pobreza y trabajadores informales y precarios (CEPAL, 2020).

Frente a la caída y deterioro de los ingresos de los sectores trabajadores, durante el 2020, en 32 países se han adoptado 263 medidas no contributivas de protección social, entre las que se incluyen las transferencias monetarias (refuerzo de los montos y/o ampliación de coberturas las que había, creación de nuevas de carácter temporal), la entrega de alimentos y medicamentos y el aseguramiento del suministro de servicios básicos. Se estima que las transferencias monetarias y en especie llegarían, en promedio, al 49,4% de la población de los países de la región (CEPAL 2020). Frente a la diversidad de las medidas adoptadas⁸, las mismas apuntan a sostener niveles mínimos de consumo y propiciar la reproducción de las condiciones materiales de existencia.

América Latina y el Caribe (28 países): personas en hogares receptores de las transferencias monetarias y en especie de emergencia (2020), y de los programas de transferencias condicionadas (PTC), promedio simple por subregiones (último año disponible)
(En porcentajes de la población total)



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de información oficial de los países; Observatorio COVID-19 en América Latina y el Caribe [en línea]

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MÉTRICO E DOUTORAL

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPCIO DO DIRETORIO EXECUTIVO DA UFMA



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fapema
Fundaçao de Amparo à Pesquisa do Estado
do Maranhão



SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO
GOVERNO DO MARANHÃO

**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas

UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

<https://www.cepal.org/es/temas/covid-19> y Observatorio de Desarrollo Social en América Latina y el Caribe, "Desarrollo Social y COVID-19 en América Latina y el Caribe" [en línea] <https://dds.cepal.org/observatorio/socialcovid19/listamedidas.php>.

Si bien las medidas desplegadas han sido necesarias, al mismo tiempo se han manifestado insuficientes. La intensificación de la crisis y sus múltiples dimensiones en el contexto del COVID-19 pone a la luz los límites que asumen los esquemas de protección social reducidos a la pobreza y las propuestas institucionales construidas con antelación. La pandemia descubrió los déficits profundos en las coberturas de las prestaciones preexistentes, las inequidades históricas y la extensión y multiplicación de las desprotecciones en los procesos de agudización de las dimensiones de la crisis.

CONSIDERACIONES FINALES

Los PTC son uno de los componentes del proceso de hegemonía que se desarrolla en la región, y que involucra a los distintos países de acuerdo a la correlación de fuerzas sociales específica en cada uno de ellos. Es en el contexto de crisis y conflictividad social de fines de siglo XX y principios de siglo XXI, en un contexto de desocupación, extensión de las condiciones precarias de trabajo, profundización de la desigualdad y expansión e intensificación de la pobreza; que cobran relevancia; institucionalizándose en el repertorio de políticas sociales desarrollados por la mayoría de los países en América Latina para el contingente creciente de desocupados y pobres. En el nuevo milenio los PTC adquieren centralidad en el sistema de protección social, bajo procesos de masificación e institucionalización. En esta configuración de tres décadas de los PTC, hasta el contexto de intensificación de la crisis por la pandemia de covid-19 durante el 2020-21, se identifican continuidades, inflexiones, tensiones y límites.

Desde el 2015, con inflexiones y regresiones neoliberales en la región latinoamericana, se expresan el deterioro de los indicadores sociales, y en particular la pobreza y la desigualdad de ingresos. En un contexto de crisis económica, política, y social en marzo de 2020 se desencadena en América Latina la pandemia del covid-19, agudizando todas las dimensiones de la crisis.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-SPÓSICO DO DIRETORIO EXECUTIVO DA UFMA



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO





La pandemia por COVID-19 no solo exhibe los niveles de desigualdad y pobreza, sino que expresa los límites de los procesos de protección social alcanzados en América Latina y el Caribe. Este proceso no es homogéneo. Es necesario identificar elementos comunes y elementos diferenciales en los países de la región.

Los PTC se constituyen en “sostén” (necesarios e insuficientes) de amplios sectores de la población. En el contexto de la pandemia participan ya sea dando continuidad a sus desarrollos preexistentes, en muchos casos reforzándose y/o extendiéndose. O generando nuevos programas, de carácter emergencial, con una temporalidad acotada, con el objetivo de contener la pérdida de ingresos de trabajadores desocupados e informales. Estos mecanismos ya integraban las estrategias de los sistemas de protección social en la región desde fines del siglo XX, expandiéndose y consolidándose en el desarrollo del siglo XXI. La existencia de este instrumento permitió montar medidas con celeridad en el contexto de la pandemia, actuando frente a la pérdida de ingresos.

Como vimos los beneficios monetarios a los cuales se accede a través de los PTC (tanto los permanentes como los de emergencia y acotados en el contexto de la pandemia), no alcanzan para revertir las situaciones de pobreza, aunque, como hemos mostrado, existen algunas diferencias entre ellos en relación a la definición e impacto de la transferencia monetaria. Participan como políticas compensatorias que amortiguan los efectos que generan políticas económicas que mantienen una desigualdad estructural, tanto en la producción como en la distribución de la riqueza socialmente producida.

Se desenvuelven en un contexto de disputas y tensiones, donde los despliegues de los procesos de neo liberalización han acentuado una organización de la sociedad basada en una desigualdad social de carácter estructural, en donde la población subsidiada pareciera constituir un rasgo permanente.

REFERENCIAS

- Amarante, V. y Brun, M. (2016), Cash transfers in Latin America. Effects on poverty and redistribution. UNUWIDER. Working Paper 2016/136.
- Araujo, Bosch y Schady (2017), ¿Pueden las transferencias monetarias ayudar a que los hogares escapen de una trampa intergeneracional de pobreza? Documento de trabajo del BID, N° 767.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DORONHO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-SPÓSITO DO BEM-ESTAR SOCIAL DA UFMA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão



GOVERNO DO MARANHÃO
Gabinete de Políticas Sociais

Araujo, M. Caridad, Mariano Bosch y Norbert Schady (2016), "The Effect of Welfare Payments on Work in a Middle-Income Country". Manuscrito inédito, Inter-American Development Bank.

Bertranou, F. y Maurizio, R. (2011) 'Semi conditional cash transfer in the form of family allowance for children and adolescents in informal economy in Argentina', ILO-UNGS. Cecchini, Simone y Martínez, Rodrigo (2011): "Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos". Libros de la CEPAL. CEPAL – GIZ.

CEPAL (2017): Panorama Social de América Latina. Santiago de Chile, 2017.

CEPAL (2018): Panorama Social de América Latina. Santiago de Chile, 2018.

CEPAL (2019): Panorama Social de América Latina. Santiago de Chile, 2019.

CEPAL (2020): Panorama Social de América Latina. Santiago de Chile, 2020.

CEPAL/OIT (Comisión Económica para América Latina y el Caribe/Organización Internacional del Trabajo) (2020), "El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19)", *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe*, Nº 22 (LC/ TS.2020/46), Santiago.

CEPAL/ONU-Mujeres (Comisión Económica para América Latina y el Caribe/Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres) (2020), *Cuidados en América Latina y el Caribe en tiempos de COVID-19: hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación*, Santiago, agosto.

CEPAL/OPS (Comisión Económica para América Latina y el Caribe/Organización Panamericana de la Salud) (2020), "Salud y economía: una convergencia necesaria para enfrentar el COVID-19 y retomar la senda hacia el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe", *Informe COVID-19 CEPAL-OPS*, Santiago, julio.

Esquivel, V. (2010) 'The Informal Economy in Greater Buenos Aires: A Statistical Profile', Urban Policies Research Report Nº9, WIEGO.

Fernández Soto S. (2013) "La política social y la recomposición material del consenso. La centralidad de los programas de Transferencia de Renta Condicionada: el caso argentino", en Revista *Servicio social & sociedad*, Nº 113, marzo de 2013. Cortez Editora. San Pablo, Brasil.

Fernández Soto S. (2016) Desarrollo y actualidad de la protección social en América Latina Revista de Políticas Públicas, 2016, pp. 217-225 Universidade Federal do Maranhão São Luís, Brasil. <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321149304021.pdf>
Filgueira, F. y otros (2020), "América Latina ante la crisis del COVID-19: vulnerabilidad socioeconómica y respuesta social", serie *Políticas Sociales*, Nº 238 (LC/TS.2020/149), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

Fiszbein, A. and Schady, N. (2009). *Conditional Cash Transfers. Reducing Present and Future Poverty*. Washington D.C.: World Bank

Gasparini, L. y Cruces, G. (2010) 'Las Asignaciones Universales por Hijo: Impacto, Discusión y Alternativas', Documento de Trabajo Nº102, CEDLAS-Universidad de La Plata, Bs As.

Harvey, David (2007a): *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid, Akal, 2007.

Harvey, David (2007b): *El nuevo imperialismo*. Madrid, Akal

Klein, C. (2005) 'A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola', Revista de Estudios Feministas 13(1), pp.31-52.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO & COFORTE

APOIO



Fundação
Sousândrade



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



GOVERNO DO
MARANHÃO

16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas



TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

Lavalleja M y V. Tenenbaum, "Mecanismos de focalización de los programas de transferencias monetarias en América Latina: el caso del Uruguay", serie Estudios y Perspectivas-Oficina de la CEPAL en Montevideo, Nº 43 (LC/TS.2020/9-LC/MVD/TS.2019/6), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.

Midaglia C. (2012) Un balance crítico de los programas sociales en América Latina. Entre el liberalismo y el retorno del Estado. **NUEVA SOCIEDAD** Nº 239 / MAYO - JUNIO 2012

Lo Vuolo, R.M. (2010) 'Las perspectivas de Ingreso Ciudadano en América Latina. Un análisis en base al "Programa Bolsa Familia" de Brasil y a la "Asignación Universal por Hijo para Protección Social" de Argentina', Documento de Trabajo Nº75, CIEPP, Buenos Aires.

Molyneux, M. (2006) 'Mothers at the service of the new poverty agenda: Progresa/Oportunidades, México's conditional transfer programme', *Social Policy and Administration* 40(4), pp.425-449.

OPS (2021) Aumentan los casos de COVID-19 en muchos países de las Américas. En línea. <https://www.paho.org/es/noticias/14-7-2021-aumentan-casos-covid-19-muchos-paises-americas>. Acceso 3 de agosto2021.

Pautassi, L. y Zibecchi, C. (2010) 'La provisión de cuidado y la superación de la pobreza infantil. Programas de transferencias condicionadas en Argentina y el papel de las organizaciones sociales y comunitarias', Serie Políticas Sociales Nº159, CEPAL.

Silva y Fernández Soto, S. (2018) Mito y realidad en el enfrentamiento e la pobreza en Américatina. Estudio comparado de los programas de Transfereencia de Renta en Brasil, Argentina y Uruguay. Edit. Espacio. Buenos Aires.

UNDP (2011) 'Sharing Innovative Experiences. Successful Social Protection Floor Experiences', UNDP, ILO, New York.

Valencia, E. (2008) 'Las transferencias monetarias condicionadas como política social en América Latina. Un balance: aportes, límites y debates', The Annual Review of Sociology.

Villatoro, S. (2004) 'Programas de reducción de la pobreza en América Latina. Un análisis de cinco experiencias', Serie Políticas Sociales Nº87, CEPAL, Santiago de Chile

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO & DOUTORANDO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ESPAÇO DO DESenvolvimento DA UFMA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação



GOVERNO DO
MARANHÃO
Governo de todos nós

16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERCADO E SOCIOSFERA

TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie



LA TRANSFERENCIA MONETARIA ENTANTO POLÍTICA DE PROTECCIÓN SOCIAL EN EL CONTEXTO DE LA PANDEMIA DE LA COVID-19

José Pablo Bentura Alonso

RESUMEN

Las crisis permanentes, consecuencia directa de la ofensiva unilateral del capital contra el trabajo - que contó con la complicidad de los Estados, claramente en América Latina con sus dictaduras militares, pero también notoria en Estados Unidos e Inglaterra – obligaron a repensar los sistemas de protección social, asentados sobre el trabajo protegido. Los años 90 fueron escenario de una fuerte profundización de la mencionada ofensiva, amparada con el recurso ideológico del relato neoliberal, los efectos deletéreos fueron inmediatos, con una crisis de integración social sin precedentes, al menos en el siglo XX, pero el carácter catastrófico estalló en la crisis del 2001-2. Los Programas de Transferencia Monetaria son diseñados para enfrentar esta catástrofe. Rearticulan el par dialéctico protección social-dominación de suerte tal que, sin desmontar los avances contra el trabajo, ofrecen protección garantizando: la individualización, el familiarismo neoconservador en un sistema promercado. La pandemia de la Covid-19 fue un desafío para esta nueva articulación que mostró ser suficientemente flexible para adaptarse a esta particular crisis.

Palabras-clave: Protección social, Transferencias de renta condicionadas, pandemia, neoliberalismo

ABSTRACT

The permanent crises, a direct consequence of the unilateral offensive of capital against work - which had the complicity of the States, clearly in Latin America with their military dictatorships, but also notorious in the United States and England - forced a rethink of social protection, based on protected work. The 90s were the scene of a strong deepening of the aforementioned offensive, protected with the ideological resource of the neoliberal story, the deleterious effects were immediate, with an unprecedented social integration crisis, at least in the 20th century, but the catastrophe exploded in the 2001 crisis. The Cash Transfer Programs are designed to face this catastrophe. They rearticulate the social protection-domination dialectical pair in such a way that, without dismantling the advances against work, they offer protection by guaranteeing: individualization, neo-conservative familism in a pro-market system. The covid-19 pandemic was a challenge for this new joint which proved to be flexible enough to adapt to this particular crisis.

Key words: Social protection, Conditional income transfers, pandemic, neoliberalism.

PROMOTORES



APOIO



**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas

UFMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie



1, INTRODUCCIÓN

Luego de tres décadas de crecimiento sostenido, comandadas por un Estado, capturado por el capital monopólico (Netto 1992) que articulaba la garantía de los lucros del capital con un sistema de protección social basados en políticas tendientes al pleno empleo, servicios públicos que tendencialmente desmercantilizaban recursos fundamentales para la reproducción de la fuerza de trabajo y asistencia para los impedidos para el trabajo asalariado (cf. Castel 1996), a mediados de la década del 60 empiezan a ser tensionadas las políticas anticíclicas anunciando el comienzo de una crisis estructural de dimensiones imprevistas.

Es el inicio de lo que Hobsbawm (1995) denomino la “era del desmoronamiento” (393) la imprevisión de la crisis estaba asentada en la ilusión de que el capitalismo había descubierto la panacea definitiva que conjuraba la cuestión social, pero no era más que una crisis periódica de sobreproducción y su consecuente caída de la tasa de lucro. Lo que termino por definir el carácter catastrófico de esta crisis periódica fue la estrategia del gran capital. Esta estrategia fue tematizada por Przeworski (1995) como “ruptura del pacto interclases”, el mecanismo es clásico, sustitución de trabajo vivo por trabajo muerto de forma masiva, para esto se incorpora todas las nuevas tecnologías al punto de generar lo que Lojkine (1995) dio en llamar “revolución informacional”, a esto se sumó la búsqueda de nuevas formas de administrar el trabajo en el sistema industrial tensionando fuertemente a los trabajadores para obtener el máximo de rendimiento del trabajo vivo.

La radicalidad de esta ofensiva del capital sobre los sustentos del pacto interclases, que impacto sobre cualquier posibilidad de mantener la tendencia al pleno empleo que era su base, implicaron una transformación en el patrón de acumulación (Harvey, 1992) que alteraron profundamente las condiciones de vida de la clase trabajadora, reactualizando situaciones, que, en las economías centrales, parecían haber sido conjuradas.

El pensamiento neoliberal, que no es más que una construcción ideológica que justifica las transformaciones que se procesan de hecho. En el comienzo de sus trabajos,

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPUS DO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa e Inovação
Científica e Tecnológica do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



GOVERNO DO
MARANHÃO
Governo de todos nós



alrededor de 1945, Hayek y sus seguidores centraban su crítica al modelo de Estado de Bienestar cuestionando fundamentalmente al Partido Laborista inglés, que ese año ganaría las elecciones. Sus argumentos apuntaban centralmente a cuestionar la intervención del Estado en la economía, planteando que las pretensiones de solidaridad e igualdad – por cierto, limitadas en el marco del capitalismo- partían de buenas intenciones, pero no hacían más que limitar la libertad de los individuos e interferir con la libre competencia. (cf. Hayek 2006)

Según esta perspectiva, la libre competencia es el principal motor del desarrollo social. Por ende, la consecuencia de limitarla no podía ser otra que la de generar una población servil y pasiva (Anderson, 1995: 9 y sig.). Según este discurso, todo intento por parte del Estado para regular o intervenir de cualquier manera sobre el mercado será catastrófica. Incluso si fuera posible que la ciudadanía consiguiera expresar en forma estable y coherente su deseo y el Estado actuará solamente en función de dicho deseo, de todos modos, el resultado será contrario al bienestar común (Przeworsky, 1995: 26).

El neoliberalismo realiza una exaltación sin precedentes de la racionalidad instrumental e individualista, sin dejar lugar para algún tipo de valor alternativo. Es evidente que la exaltación del individualismo es una característica que no puede ser planteada como novedosa en el marco del capitalismo, pero nunca en los niveles absolutos en que está planteado actualmente. El capitalismo siempre necesitó limitar de algún modo, el individualismo, sazonándolo con otros valores: el valor trabajo, la honestidad, etc. Basta recordar a Weber y la importancia que le dio a la ética protestante en el desarrollo del capitalismo (Hobsbawm, 1995: 25). Con el neoliberalismo, las crisis periódicas del capital se han transformado en brutales crisis Civilizatoria cuya base de análisis son las relaciones que se establecen entre clases sociales bajo el dominio del capital financiero.

En América Latina, el desarrollo de Estados Sociales tuvo límites muy precisos: junto con los procesos de ampliación de la ciudadanía de sectores integrados al mundo del trabajo, convivían grandes sectores poblacionales que no lograban integrarse a los sistemas de protección asociados al trabajo. Han constituido el fenómeno de la marginalidad aquellos sectores de población que no lograban participar de los

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



beneficios del desarrollo (Germani, 1980); sectores que, en tanto no lograban participar del mundo del trabajo, no operaban como “ejército industrial de reserva” constituyendo más bien una “sobrepoblación relativa” (Nun, 2001).

La crisis de los Estados Sociales en América Latina es atribuida por el pensamiento neoliberal a la incapacidad de incorporar a estos sectores. Se argumenta que la gran deuda de los Estados Sociales ha sido su incapacidad para abatir la pobreza. Como respuesta se proponen nuevas políticas sociales que tendencialmente aumentan la desprotección de los sectores integrados, argumentando en la necesidad de focalizar los sistemas de protección social en los sectores “marginados”.

“Los países latinoamericanos tienen una larga experiencia en materia de políticas redistributivas, aunque no tan exitosa como hubiesen querido. Se ha aprendido recientemente a hacerlas compatibles con la preservación de los equilibrios globales. Sin embargo, frente a la magnitud de los problemas sociales que enfrenta la región, deben buscarse nuevas formas para atacar la pobreza. Entre ellas se cuentan el prestar una mayor atención al papel del sector informal en la economía (...) La formulación de políticas de atención a estas necesidades, focalizadas hacia grupos específicos, ha demostrado muchas veces ser más exitosa que los programas globales.” (Iglesias, 1993: 95, énfasis nuestro)

A partir de la crisis del modelo de industrialización por sustitución de importaciones, los esfuerzos de los Estados Sociales son reorientados: los procesos de ampliación de la ciudadanía con enclave en el mundo del trabajo retroceden apuntando a generar sistemas residuales de integración social de los sectores “marginados”.

Este tipo de políticas tienden a reforzar los procesos de individualización de lo social: el problema no es atribuido a un sistema que “excluye” sino más bien a la falta de cualidades en los “excluidos”.

“El nuevo régimen de protección orientado a ‘los dejados de lado de las protecciones clásicas’ (Castel, 2004) reposa y refuerza el proceso de individualización de las protecciones sociales vinculando las prestaciones a la situación específica y conducta del beneficiario. Las prestaciones sociales se

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



Fundaçao
Sousândrade
EXCEPCAO DO DESenvolvimento da UFMA



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão



GOVERNO DO
MARANHÃO
Governo de todos nós

vinculan cada vez más a los comportamientos individuales (estilos de vida) y menos a clasificaciones de orden estructural.” (Ortega et Vecinday, 2009: 17)

Bajo estas premisas, los programas apuntan al alcanzar transformaciones en los comportamientos de la población beneficiaria con la finalidad de mejorar sus posibilidades de inserción en el mercado, espacio éste que aparece naturalizado como escenario donde se procesa la verdadera integración social:

“La salida de la pobreza reside en mejorar las capacidades económicas del eslabón más débil de la cadena, los propios pobres. Para ello, se propone la potenciación de los recursos del capital social y activos humanos de las familias pobres, generar capacidades de realización de emprendimientos microempresariales. La mejora en capital social y humano contribuiría para que los propios pobres manejen mejor los riesgos imprevistos (como crisis económicas, desastres naturales, epidemias, etc.), se reinserten en la economía y se beneficien de las oportunidades del mercado.” (Serna, 2007: 4-5)

La perspectiva neoliberal se estructura en base a la convicción de que la sociedad, inevitablemente, genera procesos de exclusión social que pueden atribuirse a aspectos intrínsecos a la dinámica de mercado o a incapacidades “morales” o “estratégicas” de los individuos, pero en cualquier caso se los reconoce como inevitables.

La focalización tiene parámetros extremadamente exigentes para evitar que los individuos hagan un uso estratégico de la asistencia y obtengan recursos diferenciales para competir en el mercado. De este modo, se exige que la población atendida se encuentre por fuera de la lógica de mercado⁸.

“La lucha contra la pobreza extrema es parte integral del neoliberalismo, no es un adorno ni un acto externo al modelo, está en su esencia misma (...) Esto da una idea más clara del papel del Estado en la ideología neoliberal. Es decir, salvo en el ‘estado policía’, prácticamente desaparecido, la pobreza extrema es la gran excepción a la regla de ‘no intervención’ del Estado en el juego de la economía.” (Boltvinik Apud Danani, 2008: 43)

Un elemento central del nuevo repertorio de políticas sociales vinculadas al pensamiento neoconservador o neoliberal, es una permanente vigilancia sobre los dispositivos de protección social a fin de evitar que se generen grupos de presión

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EXCEPCIONALMENTE UM APÓS



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao
de Amparo à Pesquisa do Estado
do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



asociados a esos mecanismos de protección, ya sean sus beneficiarios directos o las propias burocracias que los administran.

Para esta perspectiva allí deben buscarse las causas de la crisis procesada en el Estado de Bienestar. Las burocracias y los propios beneficiarios presionaban al Estado para ampliar los beneficios recibidos. El objetivo es, entonces, que las políticas atiendan si y solo si a aquellas personas que se encuentran expulsadas del mercado y tengan en riesgo su sobrevivencia y la destrucción de su capacidad de trabajo, y deben detenerse indefectiblemente en el instante en que el individuo está en condiciones de retornar al mercado.

El nuevo repertorio de políticas sociales propiciadas por el Consenso de Washington “focalizadas, integrales, descentralizadas y administradas por la sociedad civil” (Filgueira, 1998) no constituyó un sistema de protección social, la crisis del 2001-2 tuvo consecuencias catastróficas, los problemas de integración social que estos programas procuraban amortiguar generaron un nivel de desagregación social sin precedentes y una crisis humanitaria completamente injustificables para los niveles de desarrollo de América Latina.

2. LA PROTECCIÓN SOCIAL COMO POLÍTICA DE TRANSFERENCIA MONETARIA

La situación de catástrofe en que se encontraba América Latina como consecuencia de la crisis del 2001-2 tuvo un fuerte impacto sobre los gobiernos que habían implementado la ortodoxia neoliberal habilitando una oleada de gobiernos constituidos por los principales opositores al modelo neoliberal. Es posible aventurar que “la oleada de gobiernos de izquierda y/o progresistas que tuvo lugar entre fines del siglo XX e inicio del XXI” (Midaglia y Antia, 2007: 1) contó con la legitimidad necesaria para implementar un nuevo sistema de protección social y cerrar el círculo del neoliberalismo. La situación planteada, una clase trabajadora devastada por la ofensiva del gran capital, la consolidación de un nuevo patrón de acumulación flexible donde los Estados Nación se debatían entre la complicidad con el gran capital o la absoluta incapacidad de oponer resistencia a su avance incontestable, obligó a estos nuevos gobiernos a una solución de compromiso, buscar generar un sistema de

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa do Estado
do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



GOVERNO DO
MARANHÃO
GILSON DE SOUZA RIOS

**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DORONHO



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

protección social que permitiera un moderado retorno del Estado que permitiera construir un Sistema de Protección Social acorde con el nuevo patrón de regulación.

La construcción de un dispositivo institucional para implementar las nuevas políticas sociales que constituirán ese sistema de protección social es la principal novedad institucional de los nuevos gobiernos. De este modo, los nuevos Ministerios de Desarrollo Social se constituye en el universo empírico privilegiado para la implementación de las políticas focalizadas en el combate a la pobreza, pero sobre todo a la pobreza extrema. Identifican en la ampliación de la política asistencial, que llega a niveles de masificación inéditas el mecanismo privilegiado para la construcción de un sistema de protección social apropiado al nuevo patrón de acumulación flexible.

Varios son los componentes de este nuevo sistema de protección social que se implementa sobre la base de la ampliación de la política asistencial y cuya principal característica será precisamente la flexibilidad, que en términos prácticos puede traducirse en programas sociales que garantizan la vida de los beneficiarios pero que nunca se constituyen en derechos, de manera de avanzar o retraerse en función de la coyuntura.

El aspecto esencial de este nuevo sistema es que se basa fundamentalmente en un sistema flexible de Transferencias Monetarias compensatorias, este sistema se sustenta en la producción de un registro equivalente a los de la seguridad social que permite, auxiliado por las nuevas tecnologías digitales construir una base de datos que incluye a toda la población llamada vulnerable, logrando, de manera automática transferir recursos monetarios de acuerdo al grado de vulnerabilidad socioeconómica de la población. Un elemento esencial es la capacidad de dar altas y bajas al sistema a través de mecanismos automáticos que suelen ser completamente oscuros para los beneficiarios.

En tanto la responsabilización individual de los problemas no cede, los individuos que no operan adecuadamente, es decir, exitosamente en el mercado poniendo en riesgo su propia supervivencia son deslegitimados como ciudadanos y ello justifica la pérdida de su libertad y su consecuente infantilización.: “(...) Benjamin Franklin expresó (...)

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DORONHO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ÓPUS DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS



CAPES



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



FAPEMA
Fundaçao de Amparo à Pesquisa do Estado
do Maranhão



GOVERNO DO MARANHÃO
Gabinete de Políticas Sociais



‘Aquellos que cederían la libertad esencial para adquirir una pequeña seguridad temporal no merecen ni libertad ni seguridad’” (Hayek, 2006: 172).

La legitimidad de la intervención sobre la indigencia está sostenida por la idea de que la población indigente es aquella que se encuentra en una situación desmercantilizada y no consigue operar en el mercado ni como productora ni como consumidora. En este sentido, la intervención debe cesar cuando el indigente deja de serlo, o sea, cuando el individuo se integra a los mecanismos del mercado. La prestación monetaria es solidaria con la idea de libertad para operar como consumidor en el mercado de forma más o menos libre.

El pensamiento conservador acepta una subordinación ante los principios liberales y se articulan de modo tal que la integración, entonces, se despliega como posibilidad, siempre y cuando ésta sea realizada en el mercado. Es decir, los valores conservadores participan controlando y disciplinando a esta población siempre que el objetivo sea la integración al mercado.

Más allá de si la intervención es sobre la indigencia o la pobreza es la focalización lo que se presenta como un claro límite que continúa operando. Asimismo, estos programas focalizados se articulan fuertemente con las perspectivas neoliberal y conservadora. Un ejemplo paradigmático es, en Argentina y Uruguay, la Asignación Familiar una tradicional prestación monetaria destinada a los niños que concurren al sistema educativo formal y esta suerte de focalización sobre los niños pobres que asisten al sistema educativo formal es doblemente legítima para ambas perspectivas.

Es legítima para la perspectiva liberal que concibe la igualdad solo como punto de partida (Hobsbawm, 1994, p. 77) y la educación básica como derecho es legítima pues es lo que garantiza para esta perspectiva la igualdad como punto de partida, tal como lo afirmó el propio economista liberal Alfred Marshall que legitimaba la obligatoriedad de la educación en una sociedad civilizada (cf. Marshall, 1963). Y es, indudablemente, legítima para la perspectiva conservadora, en la que la educación es *conditio sine qua non* para la integración social en las sociedades modernas.

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERCADO E SOCIOSFERA

APOIO



Fundação
Sousândrade
EXCEP - EXCEP DO MERCANTILISMO DA UFMA



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DORONHO

**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie



Asimismo, la legitimidad, indudable para cualquier perspectiva, está dada porque los destinatarios de la prestación son los niños, es decir, población que no debe trabajar y tiene como condición su incorporación al sistema educativo formal. La asignación familiar atiende a niños ya no bajo la línea de indigencia sino también a aquellos en situación de pobreza. Como ya vimos, la asistencia a los niños no ofrece ningún reparo para ninguna perspectiva.

Por otro lado, en un contexto donde el equilibrio fiscal es un mandato ineludible, que coloca límites insalvables a cualquier pretensión de una intervención decidida del Estado sobre el mercado, mandato impuesto por las nuevas formas del imperialismo cuyo brazo político son los organismos multilaterales de crédito, que, junto a las modernas evaluadoras de inversión, simplemente aíslan a cualquier intento de revelarse a este mandato. Un sistema de protección social, que, si bien es masivo, sus transferencias concentradas en la pobreza y sobre todo la pobreza extrema, no alcanza en ningún caso a superar medio punto del PBI (Ozanira da Silva e Silva org. 2016)

La flexibilidad del sistema se asienta en el desarrollo de las llamadas organizaciones no gubernamentales y su funcionalización como organizaciones para gubernamentales es esencial en la implementación de la política asistencial y tiene varias funcionalidades:

1. No es necesario generar una burocracia de funcionarios públicos para la administración de los programas sociales, ya que se puede recurrir a estas organizaciones cuando se las precisa a través de contratos por programa. Las organizaciones no gubernamentales se manejan con el derecho privado por tanto son mucho más flexibles y pueden manejar su dimensión en función de la demanda. Los funcionarios permanentes son muchos menos y generan una relación de fidelidad a la organización lo que aminora, si no elimina, cualquier tipo de conflictividad sindical.
2. Se opera una dinámica de cuasi mercado entre las distintas organizaciones a las que se las convoca por distintos medios: concursos, licitaciones, etc. Esto,

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DORONHO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-ESPAÇO DO DESenvolvimento DA UFMA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao
de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação



GOVERNO DO
MARANHÃO

Governo de todos nós

sumado al aspecto apuntado de la baja sindicalización, reduce enormemente los costos en mano de obra.

3. Constituyen un colchón entre la población y el Estado y en el caso que se generen relaciones clientelares son las mucho más inocuas del Estado con estas organizaciones.
4. Estas organizaciones operan con distintas místicas, confesionales o no, que consiguen operacionalizar mucho más eficientemente el voluntariado tanto de sus cuadros asalariados como de voluntarios puros (cf. Morales, 1998: 84-85).

Las Transferencias Monetarias se han constituido en un sistema de protección social complementario al clásico sistema de protección social asentado sobre los seguros sociales, el nuevo patrón de acumulación, que ha atentado contra cualquier intervención del Estado sobre el mercado laboral tendencialmente desfinancia los seguros sociales, que periódicamente son reformados (contra reformados deberíamos decir) esto sumado a la desprotección del trabajo en general, que envía permanentemente a trabajadores al desempleo de larga duración con la consecuente perdida de protecciones precisa de un complemento flexible, que sin generar derechos permanentes y ofreciendo un protección de baja intensidad simplemente protegen contra niveles de deterioro social que son, incluso para el pensamiento neoliberal, inhumanos.

En algún sentido constituyen una solución de compromiso, dentro de los niveles de barbarie que constituyen la coyuntural realidad contemporánea, entre el pensamiento neoconservador y neoliberal pero el pensamiento “progresista” lo considera al menos un retorno del Estado que garantice al menos no llegar a los niveles de crisis humanitaria que se generó con la crisis del 2001-2, que, incluso, con este sistema de protección social, aparecen como una amenaza permanente.

Un elemento que demostró la eficacia de estos programas fue que sobrevivieron a los cambios de gobierno, mostrando que constituían un sistema de protección social apropiado para la actual coyuntura regresiva, pero la emergencia de la pandemia de la Covid-19 fue la prueba del 9 de esta programática que demostró ser lo suficiente

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade

EX-ÓSPICE DO SEMINÁRIO DO CRISTO



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INovação



**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

flexible como para adaptarse a esta nueva situación catastrófica, los programas de transferencia monetaria, con todos los límites señalados demostraron ser el complemento ideal para esta fase en que la humanidad enfrenta una ofensiva sin precedentes del capital contra el trabajo.

3.- ALGUNAS REFLEXIONES FINALES

El pensamiento neoliberal es derecho-fóbico, vigila para que las políticas sociales sean estrictamente focalizadas y respeta los programas macroeconómicos prudentes. El crecimiento del gasto enfocado a la política focalizada, ya en las propias manifestaciones, esconde el límite: el crecimiento va a ser a través de la “progresividad y gradualidad”. La libertad es para el pensamiento neoliberal opuesta a la seguridad. El gasto, por tanto, no está calculado en relación a los riesgos que se quiere prevenir, sino a la disponibilidad fiscal.

La economía política del capital despolitiza la cuestión social, y como consecuencia la naturaliza. Las causas de la “cuestión social” se individualizan: el responsable de la exclusión es el propio agonista que no supo manejarse en el mercado, y su miseria es presentada como el resultado de su incapacidad. A su vez, esta incapacidad justifica la infantilización de los “desafiliados” (Castel, 1996) mientras se liberaliza la sociedad, se aceptan las tutelas que operan sobre estas poblaciones que deben ser reeducadas y moralizadas. En este nuevo contexto, es ciudadano -tal como en el capitalismo clásico- aquel que accede al trabajo abstracto, tanto sea en la producción o en el consumo. El gran fracaso del Consenso de Washington estuvo en su incapacidad de aminorar el impacto social de las reformas. Las nuevas políticas sociales no lograron evitar la brutal crisis de integración que se procesó en América Latina a partir de la reforma estructural llevada adelante fundamentalmente en los años noventa.

Estos programas asistenciales tienen, derivados de su masificación, un fuerte recurso a tecnologías informáticas y con una exhaustiva protocolización de las actividades profesionales. Se identifican en estos protocolos, y en esto es que se registra un retorno al pasado, propuestas moralizadoras que incluso se han identificado como

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERRANO E DOURADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-SPÓSITO DO BEM-ESTAR SOCIAL DA UFMA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao
de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



GOVERNO DO
MARANHÃO

Governador Flávio Dino

**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

políticas neo higienistas, esto genera la demanda de un profesional poco crítico, capaz de desplegar un activismo poco reflexivo y, como consecuencia, poniendo límites muy precisos a la autonomía profesional. La autonomía profesional supondría, de acuerdo con la intensión de ruptura, superar la situación de subordinación profesional a partir del cuestionamiento al lugar ocupado por la profesión en la división social (y técnica) del trabajo.

La irrupción de la pandemia parece estar tensionado aún más la problemática reseñada, la crisis económica derivada con su consecuente profundización de la pobreza y exclusión de grandes camadas de la población, estaría legitimando aún más la política asistencial, el enfrentamiento de esta nueva problemática se enfrenta ampliando la política asistencia.

La asistencia como estrategia central de la política de protección social parecería estar tomando nuevos bríos superando los cuestionamientos que puedan venir de sus costados, de un lado, los cuestionamientos al “asistencialismo” la generación de dependencia y el desestímulo al trabajo estarían tornándose inapropiados en una situación de emergencia sanitaria, del otro, los cuestionamientos a la superficialidad de sus mandatos moralistas, las denuncias de disciplinamiento y recurso al neohigienismo parecerían quedar sepultados por la necesidad de una acción colectiva de compromiso de toda la sociedad frente a un “enemigo común”.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, P. (1995) organizadores; Pos-neoliberalismo as Políticas Sociais e o Estado Democrático; Paz e Terra: São Paulo.
- CASTEL, R. (1996) Las metamorfosis de la Cuestión Social. Una crónica del salariado. Buenos Aires, Paidos.
- COUTINHO, C. N. (2000) Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo. Cortez Editora, São Paulo.

PROMTORES



APOIO





DANANI, C. América Latina luego del mito del progreso neoliberal: las políticas sociales y el problema de la desigualdad. Cièncias Sociais Unisinos, janeiro-abril, año/vol. 44, nro. 001. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil. 2008.

FILGUEIRA, F. (1998) El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina.

HARVEY, D. Condición pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, F. (2006) Camino de servidumbre. Alianza Editorial, Madrid.

Hobsbawm, E. (1995) Era dos extremos o breve século XX 1914-1991. Companhia das Letras, São Paulo.

_____. (1994) A era das revoluções 1789-1848. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

IGLESIAS, E. (1993) La búsqueda de un nuevo consenso económico en América Latina. In El legado de Raul Prebisch. Banco Interamericano de Desarrollo, Wshington, D.C.

LOJKINE, J. A revolução informacional. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, K. (2002) El capital. El proceso de producción del capital. Tomo I, Volumen 1, Libro primero. Siglo XXI, Buenos Aires.

MARSHALL, T. H. (1963) Class, citizenship and social development. Nueva York, Doubleday & Comp. Inc.

MIDAGLIA, C.; ANTIA, F. (2007) La izquierda en el gobierno: cambio o continuidad en las políticas de bienestar social?. Rev. Urug. Cienc. Polít., vol.16, no.1, p.131-157, Montevideo.

MORALES, C. (1998) Suministros de servicios sociales a través de organizaciones públicas no estatales. En Lo público no estatal en la Reforma del Estado. Paidos, Buenos Aires.

ORTEGA, E.; VECINDAY, L. (2009) De las estrategias preventivistas a la gestión del Riesgo: notas sobre los procesos de individualización social. Revista Fronteras Nº 5, Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales, Montevideo.

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
METHODO E DOUTORADO

APOIO



Fundação
Sousândrade
EX-SPÓSICO DO ESTADONÔMICO DA UFMA



CAPES



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundaçao de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

SECRETARIA DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



GOVERNO DO
MARANHÃO

Governador Flávio Dino

**16 A 19
NOV/2021
AMBIENTE
VIRTUAL**

X Jornada Internacional Políticas Públicas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERCADO E GOVERNO



**TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA**
Consciência de Classe e Lutas
Sociais na Superação da Barbárie

OZANIRA DA SILVA E SILVA, M. org. (2016) O mito e a realidade no enfrentamento à pobreza na América Latina: Estudo comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai. Cortez Editora, São Paulo.

PRZEWORSKI, A. (1995) Capitalismo e social-democracia. São Paulo, Companhia das Letras.

SERNA, M. (2007) "Las políticas de la pobreza en los gobiernos de izquierda del cono sur: de las redes sociales de seguridad a las redes de protección social". Este artículo forma parte de los resultados del Proyecto de investigación "Las políticas sociales de las izquierdas ¿un modelo de desarrollo alternativo?", financiado por el Programa de Becas Gobiernos progresistas en la era neoliberal: estructuras de poder y concepciones de desarrollo en América Latina y el Caribe. Clacso.

PROMTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MERCADO E GOVERNO

APOIO

